



DEMOCRACIA,  
DESENVOLVIMENTO  
E DIREITOS  
DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

## Pensando o desenvolvimento brasileiro

Entrevistado

**Ricardo Bielschowsky**

05 de setembro de 2023

**Acervo Digital Cedec-Ceipoc**

Coleção do Projeto Pró-humanidades,  
"Democracia, Desenvolvimento e Direitos:  
desafios do Tempo Presente"

# COLEÇÃO PROJETO PRÓ-HUMANIDADES

## "DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DIREITOS: DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE"

### Projeto 3D:

#### **Coordenador**

José Henrique Artigas de Godoy

### Equipe Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

#### **Pesquisadores**

Andrei Koerner (Coordenador)

Lígia Barros de Freitas

Mariele Troiano

Raquel Kritsch

Wilson Vieira

#### **Assistentes de Pesquisa**

Celly Cook Inatomi

Lucas Baptista

Ozias Paese Neves

Pedro Henrique Vasques

#### **Auxiliares de Pesquisa**

Aurora Leão Botelho

Waleria Oliveira Vicente Ferreira

Yasmin Domingues de Oliveira

#### **Apoio Técnico**

João Paulo Berto



# ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO PROJETO PRÓ-HUMANIDADES "DEMOCRACIA,  
DESENVOLVIMENTO E DIREITOS: DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE"

Esta coleção é resultado da parceria entre o projeto Acervo Digital Cedec-Ceipoc, coordenado pelo Prof. Dr. Andrei Koerner (IFCH/Unicamp) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e o projeto Democracia, Desenvolvimento e Direitos: diagnósticos do tempo presente, coordenado pelo Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy (UFPB) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – 420749/2022-5).

O “Projeto 3D”, tal como é conhecido, é uma rede nacional e transdisciplinar que envolve pesquisadores da economia, filosofia, ciências sociais, relações internacionais, comunicação e do cinema (e áreas afins), com o objetivo de integrar a atividade acadêmica e as experiências concretas da sociedade civil e da administração do Estado em um corpus reflexivo e interativo. O escopo geral consiste em promover o conhecimento mútuo entre essas esferas ao amalgamar aspectos próprios da pesquisa e extensão universitária, articulando uma ampla gama de saberes produzidos em diversos campos, áreas e subáreas de produção intelectual com ações concretas na esfera da sociedade e do Estado. Três eixos estruturam o Projeto 3D: 1) a constituição de um Fórum Permanente de discussão, reunindo pesquisadores nacionais e internacionais, e convidados; 2) a realização de oficinas regionais de reflexão e ação continuada, com intuito de gerar inovações na atuação, gestão e projetos para o futuro; e 3) a disponibilização de um banco de registros documentais e audiovisuais sobre memórias da democracia, dos direitos e do desenvolvimento, agrupando relatos de trajetórias de reconhecidas personalidades da vida acadêmica, social e política do país, bem como suas análises sobre a situação crítica atual.

A presente coleção reúne entrevistas produzidas no âmbito das atividades do terceiro eixo estruturador do Projeto 3D. As etapas de sua realização (i.e., seleção dos entrevistados, elaboração do roteiro, execução da entrevista e edição dos materiais textuais e audiovisuais) foram conduzidas pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc em conjunto com pesquisadores convidados. O início do processo parte de roteiros semiestruturados, combinando, assim, estrutura e flexibilidade ao longo da interação, de modo que seja possível ao(à) entrevistado(a) discorrer livremente sobre sua experiência e produção, além de conferir alguma margem para que ele(a) aprofunde suas respostas sobre determinado tópico ou assunto. O interesse principal não está nos resultados, nem no perfil ou subjetividade de cada pessoa entrevistada, mas na sua experiência reflexiva implicada pelo contexto contemporâneo, de modo a abarcar temas mais amplos que constituem tanto a sua trajetória acadêmico-intelectual quanto suas percepções acerca do tempo presente.

# ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO PROJETO PRÓ-HUMANIDADES "DEMOCRACIA,  
DESENVOLVIMENTO E DIREITOS: DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE"

**Coordenador:** Andrei Koerner

**ENTREVISTADO:**

Ricardo Bielschowsky

**Entrevistadores:**

Wilson Vieira

Antônio Sérgio Carvalho Rocha

Gustavo Pinto

Rafael Gumiero

**Data de realização:**

05 de setembro de 2023

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, março de 2025.

## INÍCIO DA ENTREVISTA<sup>1</sup>

---

**Wilson Vieira:** Boa tarde para todos e todas. Nós estamos aqui hoje, no dia 05 de setembro de 2023, para realizar a primeira de uma série de entrevistas do projeto “Democracia, Desenvolvimento e Direitos: desafios do tempo presente”, apelidado de “3D”. O projeto “3D” foi contemplado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Processo 420749/2022-5, a partir de uma seleção que ocorreu em 2022. Além disso, esta entrevista está também acoplada à experiência do Acervo Digital do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e do Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (Ceipoc) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa iniciativa trabalha com vários programas de entrevistas para diversos temas e, hoje, está inaugurando a temática ligada ao projeto “3D”, que tem em sua composição uma articulação entre universidades e centros de estudos e pesquisas, como o Centro Celso Furtado e o próprio Cedec.

Hoje, entrevistaremos o professor Ricardo Bielschowsky, grande pensador, pesquisador dos temas sobre a indústria, do pensamento econômico brasileiro e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e, ainda, um dos teóricos do social-desenvolvimentismo. Nossa proposta aqui é a de repassar toda a trajetória do professor Ricardo, focando justamente nos temas de pesquisa dele que estão acoplados ao nosso projeto “Democracia, Desenvolvimento e Direitos: desafios do tempo presente”.

A equipe entrevistadora é composta por mim, Wilson Vieira, economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Sociologia e mestre em História Econômica pela Unicamp, atualmente professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, honrosamente, colega do professor Ricardo Bielschowsky; por Rafael Gumiero, cientista político, com a formação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); e, Gustavo Pinto, também com formação em Ciência Política na UFSCar e, atualmente, professor do Instituto Federal de Goiás (IFG). Nós três fazemos parte do Centro Celso Furtado. Tendo feito as apresentações, agora passo para os elementos que marcam a trajetória do professor Ricardo Bielschowsky. E, para voltar um pouco ao passado, vou iniciar com algumas observações da questão atual e, depois, no final, fechamos com um pouco mais de aprofundamento.

Estamos diante de uma situação em que se tenta retomar um projeto de desenvolvimento. Isso está sempre presente nas suas reflexões, seja pensando o social-desenvolvimentismo ou na retomada da industrialização com uma nova cara. Tudo isso está sendo colocado atualmente. Essas questões e, também as suas reflexões atuais, nos levam a querer retomar o passado. Para iniciar, primeiramente, gostaríamos de saber como foi o seu trabalho sobre indústria, investimento e tecnologia durante a década de 1970. Depois dessa conversa inicial, vamos para outra temática, que é a do pensamento econômico brasileiro. Professor Ricardo, como o senhor iniciou essa trajetória e, depois, fez uma transição para o pensamento econômico brasileiro? Houve uma ligação direta?

Desde já, agradecemos muito pela sua presença.

---

1 Entrevista transcrita por Mariana dos Santos Escobar.

**Ricardo Bielschowsky:** Muito obrigado, Wilson e a toda a equipe, Lucas Baptista, Andrei Koerner, Gustavo Pinto, Rafael Gumiero, Antônio Sérgio e Celly Inatomi. É grande prazer estar nesta tarde com vocês. Bem, eu começaria dizendo que eu sempre tive muita sorte na vida. Meus pais eram judeus imigrantes e tiveram seis filhos. Eles tinham a cabeça muito aberta e resolveram nos integrar no Brasil. Nos deixaram livres para jogar bola na rua desde criança. Essa foi a primeira sorte. A segunda é que eu me apaixonei, quando tinha dezenove ou vinte anos, pela mulher com quem sou casado, e ela é profundamente brasileira, com pai maranhense e mãe cearense. Então, apesar de ser filho de imigrantes, eu pude ter sempre em casa a brasilidade.

Outra sorte foi que, em 1968, eu fazia parte do movimento estudantil, um espaço no qual é possível se aprender muito. Quando, na sequência, foi emitido o Ato Institucional nº 5 (AI-5), eu fui “expulso” do Brasil pelos meus pais. Passei um ano fora e, quando voltei, terminei o curso e fui fazer um mestrado muito bom em Brasília. E a minha tese, Wilson, não tem nada a ver com as coisas que você mencionou anteriormente, ela foi sobre bancos. Nesse mesmo momento estava sendo montada a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), um banco da ciência e tecnologia. Um sujeito fantástico, chamado José Pelúcio Ferreira, convidou o José Tavares, Sulamis Dain, Eduardo Augusto e, nada mais nada menos que, a Maria da Conceição Tavares, o Antônio Barros de Castro e o Carlos Lessa para compor esse grupo. Foi assim que eu saí do mestrado já convivendo com um grupo de pesquisa formidável. E, diante da oportunidade de estar com essas pessoas, aproveitei muito bem. Esse grupo se reuniu para pensar a tecnologia em plenos anos 1970. O contexto era de um Brasil que estava passando por um processo de desenvolvimento industrial, em que a tecnologia era incorporada nos bens de capital, ou seja, entravam no sistema produtivo. Não era propriamente uma pesquisa de ciência e tecnologia, mas da tecnologia embutida no equipamento industrial.

Lá estudávamos a difusão de tecnologia. Eu mesmo fiz um estudo sobre difusão de tecnologia em papel de celulose e outro a respeito da indústria de alimentos. São coisas de que me lembro e gosto. Também me debrucei sobre o primeiro Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN) brasileiro. Isso aconteceu depois que o presidente da Finep, o José Pelúcio Ferreira, foi informado por um amigo que o ADTEN não estava indo muito bem. Foi assim que eu fui convocado para estudar os resultados do Programa. Eu fui a vinte empresas e todas elas tinham conseguido absorver a tecnologia e aplicar comercialmente o resultado da pesquisa que eles realizaram em casa. Então, eu me dei conta que o Brasil estava vivendo, naquele momento e guardadas as proporções, o caso japonês de tecnologia *latecomer*. O empresário buscava uma tecnologia que já tinha dado certo econômica e tecnicamente em algum outro lugar do mundo, como uma aposta segura. As coisas estavam caminhando bem.

Eu tinha entre vinte e seis e vinte e sete anos quando apresentei esse trabalho. Ele fez o maior sucesso e eu fiquei todo contente com essa situação. Foi quando o professor da Unicamp, Wilson Suzigan, um grande especialista em indústria, organizou um livro e me pediu para escrever uma nota sobre autonomia tecnológica da indústria brasileira. Essa foi a época em que desanimei um pouco. Eu fui olhar o caso japonês e me dei conta de que a Finep e o CNPq, que eram a sustentação do projeto de ciência e tecnologia brasileiros, não tinham a

menor condição de fazer um programa com a ambição do japonês. E a razão é muito simples: naquele momento, o projeto tinha que ser deflagrado onde havia influência central do Estado. Ou seja, era no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que o projeto de tecnologia da empresa privada ou estatal tinha que ser incentivado para, ali, fazer as exigências em termos de avanço tecnológico. E isso não foi feito. Na sequência, a década de 1980, de crises e baixo crescimento, foi muito pouco apropriada para investimento fixo e, muito menos ainda, para o investimento tecnológico. Vou passar agora para o contexto em que eu fui para a Cepal, no início dos anos 1990, mas depois volto para os anos 1980, porque o que vou falar agora também tem a ver com uma segunda etapa dos meus estudos sobre indústria e tecnologia.

Lá na Cepal tinha um projeto que comparava quatro países em termos da reação da indústria à abertura comercial e às reformas em geral. A reestruturação da indústria. E me deram um calhamaço, um questionário extenso, para aplicar. Eu tive que entrevistar cinquenta e cinco grandes empresas. Aliás, aproveito para dizer para vocês que, se quiserem aprender sobre o capitalismo, vocês devem conversar com empresários e trabalhadores. É preciso pisar em um chão de fábrica para entender a lógica capitalista presente ali, não basta ler os livros. E eu tive essa oportunidade no começo dos anos 1990, durante o Plano Collor e a abertura política.

As empresas multinacionais, orientadas pelas suas matrizes, estavam fazendo um grande ajuste e uma profunda reestruturação. A primeira empresa em que fui, entre o final de 1991 e início de 1992, tinha quinze mil funcionários. Passados seis meses, esse número foi a nove ou oito mil. Uma segunda empresa, a Philips, havia tido uma baixa de nove para seis ou cinco mil. Foi assim que, apesar do colega que estava coordenando a pesquisa na Cepal ter ficado furioso comigo, eu joguei o questionário fora e fui fazer a radiografia das demissões. Isso significava fazer o estudo da reestruturação. Eu cheguei à conclusão de que as empresas estavam se ajustando rapidamente, buscando ganhar uma certa musculatura, para poder enfrentar a concorrência. E aquilo ali deu até um certo ânimo, porque era um indicativo de que elas estavam reagindo. Elas estavam abdicando de algumas linhas de trabalho e de produção para se especializar naquelas em que eram mais fortes.

Eu mantive certo otimismo durante um tempo, até que fui ver o resultado da primeira grande pesquisa brasileira pós-1980, que foi realizada pela Unicamp em parceria com a UFRJ. Era uma pesquisa da competitividade da indústria brasileira. O resultado dela apontou que muitos setores estavam resistindo bem, mas a indústria de bens de capital, insumos eletrônicos, fármacos e a indústria de tecnologia de ponta estavam mal. Então, de novo, tal como nos anos 1970, me animei e depois desanimei. Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz, que pilotavam o trabalho, assim como o Mariano Laplane e Fernando Sarti, escreveram um documento mostrando como a importação estava entrando a galope no Brasil nesse segmento de bens de capital e de insumos tecnologicamente mais avançados, os dois grandes componentes do nosso buraco na balança de pagamentos da indústria. Essa foi uma primeira abordagem.

Posteriormente, em meados dos anos 1990, eu comecei a estudar investimento e reformas. Fiz o mesmo trabalho sobre investimento e reformas na América Latina e pelo Brasil. A conclusão mais geral a que cheguei e que acredito ser válida até hoje é a seguinte: as reformas

foram responsáveis para que a propensão a investir no Brasil caísse. Ao contrário da função que o pensamento liberal atribui a elas e à abertura, que é aumentar a competitividade, o investimento e o progresso técnico, as reformas provocaram uma queda na propensão a investir. E meu argumento envolvia três razões para isso. A primeira está baseada em um entendimento muito ligado à indústria de transformação. Ou seja, a abertura tinha inserido uma incerteza muito grande na economia brasileira. Havia uma certa expectativa de que o câmbio se manteria valorizado – isso já depois do Plano Real – e o empresário brasileiro achava que a inflação ia ser contida por juros altos e câmbio desvalorizado e, além disso, ele sabia que qualquer estremecimento da macroeconomia internacional afetaria o Brasil também. Assim, ele assumiu uma posição defensiva em relação aos seus planos de investimento.

E o que ocorreu antes da abertura? Nos anos 1950, 1960 e 1970, havia altas taxas de lucro protegidas pelo Estado. Aliás, houve até proteção supérflua e o mesmo investimento industrial poderia ter sido feito com menos proteção. Esse é um argumento que o próprio Wilson Suzigan levantou mais de uma vez. Mas, naquela época, o investimento tinha alta rentabilidade e baixo risco, ele era muito protegido. O que acontece quando abre a economia? Há uma tendência a baixar a rentabilidade, por causa da concorrência maior, ainda mais se a taxa de câmbio está valorizada. A rentabilidade tende a baixar e a aversão a riscos e incertezas tende a subir, porque não existem somente os riscos e incertezas nacionais, mas também, em uma economia aberta, os internacionais. O capital industrial tem uma característica, em relação ao dinheiro que o empresário coloca nos títulos públicos, que é a seguinte: para tirar o dinheiro enraizado é necessário vender, em geral, com prejuízo. Com isso, portanto, a desconfiança em relação ao futuro ficou muito forte. O empresário investe, é claro, mas faz isso na reposição de equipamentos e em modernização, porque ele precisa continuar tirando leite dessa “vaca leiteira” que foi montada até 1980. Porém, ele não faz o mesmo em relação à expansão e não investe em inovação. E ele não faz isso porque, na opinião dele, representa um risco que ele não quer correr, ainda mais podendo investir em títulos públicos e receber taxas de juros Selic elevadas. Essas foram as conclusões do meu trabalho.

Uma outra característica desse período, que igualmente afetou a propensão a investir, foi a privatização. Nos anos 1970, os generais e os civis presidentes das empresas estatais eram louvados pelo investimento. O interessante era aumentar as externalidades do sistema produtivo brasileiro, fazer novas usinas hidrelétricas, novos polos petroquímicos e siderúrgicos. E eles não se preocupavam muito com rentabilidade e nem tinham grandes preocupações com o risco, havia, inclusive, um mercado garantido para eles. Com a privatização, porém, o novo empresário aumenta a aversão a riscos e incertezas. O mesmo acontece com as exigências de rentabilidade com relação àquele pessoal. Essa foi mais uma causa para a redução da propensão a investir.

Minha trajetória, portanto, é marcada por duas etapas: nos anos 1970 e depois de 1990, os trabalhos sobre indústria e infraestrutura, na América Latina e no Brasil, foram minhas incursões. E, nos anos 1980 em diante, eu entrei no pensamento econômico, primeiro brasileiro e, posteriormente, da Cepal. Penso ser interessante comentar que há pouco mais de um ano, porque me atrasei nessa etapa ao ter passado vinte anos na Cepal, fiz um concurso para professor titular e me dei conta nesse processo de como as coisas vão se somando na trajetória e sobre como aquela reflexão, feita nos anos 1970 se uniu ao que eu fiz depois de 1990.

**Wilson Vieira:** Muito obrigado, Ricardo. Agora tentarei resumir e abordar a fase do pensamento econômico brasileiro que, aliás, não é bem uma fase, mas algo que perpassa toda a sua trajetória. Temos muita curiosidade de saber como foi a construção da sua pesquisa sobre esse tema e, em que medida, os temas e o debate acadêmico e político colocados à época da década de 1980 impactaram a escolha da pesquisa. Eu acrescentaria ainda uma outra questão: como a sua experiência de doutorado na Universidade de Leicester, na Inglaterra, esteve interligada a sua pesquisa sobre pensamento econômico brasileiro? Adiciono uma segunda parte à pergunta que é sobre repercussão. O senhor ganhou o Prêmio Haralambos Simeonidis, em 1985, no Encontro da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e foi publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1988; e, depois, em 2000, pela Contraponto. Como essa repercussão influenciou o debate sobre o tema?

**Ricardo Bielschowsky:** Na verdade, a Contraponto publicou a segunda edição em 1993 ou 1994, a que não é a do IPEA. Quanto à construção, Wilson, acredito que não teve relação com a situação dos anos 1980, porque eu não estava muito satisfeito estudando ciência e tecnologia. Eu tinha feito um bom mestrado na Universidade de Brasília (UnB), mas no doutorado eu desejava estudar com um historiador do pensamento marxista chamado Ronald Meek na Universidade de Leicester. Para isso, inclusive, fui até a Inglaterra conversar com ele, para ver se conseguia o aceite. Visitei outras universidades também e, com isso, confirmei que era a de Leicester que eu queria. O Ronald Meek me disse que eu teria que fazer um projeto de tese ligado a pensamento econômico, todavia, eu queria estudar os clássicos, pois gosto muito de ler o original dos textos mais importantes da Ciência Econômica. Voltei, então, para o Brasil. Eu sempre tive muita sorte de ter próximos a mim pessoas muito bacanas e brilhantes com quem eu aprendi muito. Um deles foi o Carlos Lessa. Passamos uma tarde conversando e ele me deu muitas ideias. Foi a partir disso que costurei um projeto de tese sobre pensamento econômico brasileiro.

Voltei à Inglaterra em setembro ou outubro de 1978 e o Ronald Meek tinha acabado de falecer. Mesmo assim eu continuei lá com o meu projeto de ler os textos originais, como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Passei um ano e meio fazendo isso e, depois, parti para a tese sobre pensamento econômico brasileiro, em que tive que ser muito autodidata, visto que não tinha quase nada sobre o tema na época. Havia um trabalho até interessante, mas de menor fôlego, do João Paulo de Almeida Magalhães, que era professor de Economia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e algumas outras coisas espalhadas sobre determinados momentos.

Desse modo, tive que pensar em uma metodologia para o trabalho. Peguei uma que era óbvia, a da ideia de correntes de pensamento. Assim como havia correntes de pensamento dentro da teoria, havia aquelas que fizeram a reflexão sobre o processo de transformação no Brasil. Eu selecionei o período de 1930 a 1964. Contudo, faltou alguma coisa que organizasse o movimento das ideias, a partir do que criei o conceito de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”. O desenvolvimentismo como ideologia de transformação produtiva, de industrialização com suporte do Estado para superar a pobreza e a miséria. Identifiquei a corrente liberal à direita e a socialista à esquerda do espectro de pensamento e três desenvolvimentistas: uma no setor privado e duas no público: O desenvolvimentismo não nacionalista, liderado pelo Roberto Campos e outros, e o nacionalista, por Rômulo de Almeida e, depois, Celso Furtado, e outros. Com isso, estava resolvida a organização das ideias segundo proximidade e afinidade.

Verifiquei que o pensamento desenvolvimentista tinha tido origem como pensamento contínuo nos anos 1930, amadurecido entre os anos 1940 e 1950, atingido a maturidade no governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) e sofrido uma crise provisória nos anos 1960. Depois, graças a algumas críticas, reformulei isso. O José Luís Fiori me disse: “isso aqui está ótimo, mas tem um erro aqui. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo não termina em 1964”, e eu tinha ido somente até aí em minha tese, “ele termina em 1980, os militares foram do ciclo desenvolvimentista”. E o Fiori tinha toda a razão. Depois, o Pedro Dutra Fonseca disse: “antes de 1930 houve desenvolvimentistas, era o pessoal que considerava que a transformação se daria pela conversão da estrutura agrária exportadora em uma estrutura liderada pela indústria do mercado interno”. E ele tinha razão. Mas, nesse último caso, eu tinha escrito um capítulo no meu trabalho resgatando esse pensamento prévio a 1930, composto de episódios isolados no tempo que não formaram um contínuo e, portanto, não fizeram parte do ciclo ideológico. Ele começou realmente nos anos 1930 e foi até 1980. Aliás, recentemente, pela editora inglesa Routledge, saiu uma coletânea que eu coordenei com dois colegas, o Mauro Boianovsky e o Maurício Coutinho, sobre pensamento brasileiro desde o século XVIII até 2010. Eu fui um dos autores, com meu colega Carlos Mussi, considerando o ciclo inteiro de 1930 a 1980.

A última crítica com mais importância, junto com as outras duas, foi a da Maria Malta, nossa colega querida lá do Instituto de Economia da UFRJ. Ela me disse o seguinte: “dizer que teve um auge em 1964 a 1980 está bem, mas não teve crise nos anos 1980. Aquele foi um período de transição entre o velho desenvolvimentismo e o novo neoliberalismo, ali, convivendo em conflito. E ainda não se tinha e se previa uma solução dada historicamente, depois é que veio o neoliberalismo para valer, nos anos 1990”. Ela também tinha razão. Então, com relação à construção do trabalho, apesar de ter sido muito autodidata, a conversa com as pessoas foi muito importante. Durante o processo, dialoguei com o Lessa e com a Conceição. Teve uma vez que também fui a Cambridge conversar com o Pedro Malan, que estava passando uma temporada por lá. Conversei com muita gente e fui organizando o trabalho que acabou resultando naquele prêmio. De novo, é um pouco de sorte. Foi a partir disso que o IPEA publicou meu trabalho. Depois, como comentei anteriormente, a Contraponto publicaria.

A edição pela Contraponto aconteceu por meio do meu amigo querido César Benjamin. Entre 1992 e 1993, quando eu estava no Chile pela Cepal, ele estava criando a editora e me ligou dizendo: “Ricardo, eu quero que um dos primeiros livros a publicar seja o seu. É possível trazer do IPEA para a Contraponto?”. Ao que eu respondi: “Cesinha, eu acredito que seja possível, mas você é maluco. Essa sua empresa mal começou e já vai à falência”. Brincamos sobre isso até hoje. Na época, ele me respondeu dizendo que meu livro seria um daqueles que venderia devagar e sempre e tem sido mais ou menos assim, pois teve muitas edições.

Eu penso que o sucesso do trabalho está ligado às horas que eu gastei. Primeiro, eu fui um pouco pioneiro. O Guido Mantega escreveu também um texto interessante e nós terminamos a tese no mesmo ano, porém um não sabia o que o outro estava fazendo. Enquanto eu peguei o espectro inteiro, desde os liberais até os socialistas, o trabalho dele é do Furtado e da Conceição para a esquerda. Temos essa diferença. O esforço dele é mais por correntes e o meu as une com o movimento das ideias, refletindo a história real. Eu defendi em 1985, quando nós estávamos no meio de uma crise, porém, com muita esperança, porque estávamos recomeçando a democracia. O sentimento na década de 1980 era o de que a crise iria embora e conseguiríamos, por fim, construir um Brasil com inclusão social e democrático.

Alguns anos depois de eu ter voltado ao Brasil, assumi o cargo de presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro. Nós tínhamos criado o Instituto, em 1978, para fortalecer a sociedade civil brasileira na luta contra a ditadura. Antes de mim, os presidentes tinham sido o Malan, a Conceição, o Lessa e o Castro. Foi lá, como presidente, que vivenciei o Plano Cruzado. Eu fui um dos últimos a descobrir que ia dar errado, todavia aprendi macroeconomia brasileira com o fracasso daquele Plano. Aprendi muita coisa sobre finanças e macroeconomia naquele momento, através do erro e não do acerto. Estávamos todos torcendo para o governo dar certo, pois tinha que dar certo depois de vinte anos de ditadura. Existia uma inflação que tomamos como herança e que, posteriormente, se transformou em uma hiperinflação, ou quase isso.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) rachou depois do Cruzado e a metade progressista formou um partido que logo se tornou não tão progressista assim, o chamado Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). É curioso que o Partido dos Trabalhadores (PT), muito embora nunca tivesse assumido, sempre foi um partido social-democrata de esquerda, apesar de alguns membros defenderem a possibilidade de uma revolução socialista num futuro indefinido. O PSDB, todavia, com esse nome, nunca foi social-democrata. Aquele foi um contexto de muito movimento. A Conceição só nos anos 1990 saiu do PMDB, porque era muito ulyssista, e foi para o PT. Foi um momento de muita mudança no espectro político e, já naquela época, eu comecei a escrever coisas para o PT, esforço que faz parte da minha reflexão mais engajada. Esses são os anos do pensamento econômico brasileiro.

**Wilson Vieira:** Ricardo, gostaríamos de agora passar para os temas da Cepal e, para isso, passo o comando da entrevista para o Gustavo.

**Gustavo Pinto:** Obrigado, Wilson. Professor, eu gostaria de aprofundar um pouco na sua passagem pela Cepal, que teve início em 1991. Como já foi afirmado em entrevista e na conferência para o cargo de professor titular, esse foi um momento muito importante da sua formação acadêmica, em especial, pela influência de intelectuais e amigos, como Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro. Desse modo, gostaria de começar perguntando: quais foram as suas atribuições, enquanto pesquisador, quando chegou na Cepal? E como era o ambiente de trabalho no contexto dos anos 1990?

**Ricardo Bielschowsky:** Como eu disse, eu tive muita sorte. Eu somente passei por instituições muito ricas e onde o trabalho não era alienado. Eu fui da UFRJ para a Finep e, depois, para a Cepal. Três instituições fantásticas. É claro que, além de sorte, eu também soube escolher. É necessário saber escolher os lugares onde se vai trabalhar para depois não se arrepender. Só há uma coisa que devo confessar: quando quis me casar, eu estava no terceiro ano da faculdade, e fui trabalhar na Bolsa de Valores, mas logo desisti. Fui fazer o mestrado, em um curso curioso, criado por um pessoal progressista, com uma equipe montada por Edmar Bacha, em um lugar onde havia tido muita repressão. Foi um ótimo mestrado.

Mas, voltando à Cepal, eu sempre gostei de lá. Porém, ela estava longe e eu aqui. Até que surgiu uma convocatória para se candidatar a um posto, em uma divisão de empresas

multinacionais, que é a Cepal-Unctad<sup>2</sup>. Como em um concurso, houve outros candidatos, contudo, tive a sorte de ser classificado e ir trabalhar lá. Com minha família – meus filhos já tinham entre 16 e 18 anos –, decidimos que era uma boa transição e, então, fomos para o Chile. Foi fantástico! Antes disso, minha amiga querida Sulamis Dain – que talvez vocês conheçam de texto –, tinha passado uma temporada lá no Chile e me provocou: “Ricardo, você não se candidate a nada. Você não quer ser promovido a nada. Você quer estudar e escrever os seus textos e lá é magnífico para isso. Isso porque, se você não tem um posto, ninguém te incomoda. E, mais ou menos dentro da temática da divisão, você consegue se mover”. Daí surgiu a pesquisa que fiz sobre cinquenta e cinco multinacionais, realizada nessa divisão, na qual permaneci durante todo o tempo que estive por lá. A Cepal é um paraíso para quem quer estudar e quer ter contato com a América Latina e colegas de outros países. Trabalhar ali foi ótimo para percorrer os países da América Latina conversando, fazendo entrevistas, conhecendo os locais e participando de seminários. Eu aproveitei muito a instituição.

Eu até tenho uma piada em relação a isso que é a do *Coefficiente de Bielschowsky* ou *The Bielschowsky Coefficient*, que é um coeficiente de bem-estar no trabalho. No numerador é medido o aumento do número de metros quadrados da sala que se vai ocupar em um novo posto e, no denominador, o número de reuniões, de pessoas entrando na sala e ligando para você na hora errada. Eu sempre abdiquei do numerador, que tinha a tendência a subir devagar, para evitar o denominador, que poderia explodir. E eu fiz sucesso na Cepal, com essa minha piadinha, que chamei de *Bielschowsky Coefficient* – meu coeficiente de bem-estar no trabalho. Sempre aproveitei muito o meu tempo e, por força de uma série de circunstâncias, acabei sendo diretor durante dois ou três anos do escritório no Brasil. Nessa época, eu já estava no final da minha carreira na instituição.

Até que chegou o momento em que me convidaram a escrever – já que tinha tido a experiência com o pensamento econômico brasileiro – a história do pensamento da Cepal. Isso aconteceu em decorrência da comemoração dos seus Cinquenta anos<sup>3</sup>. Considerei a proposta uma maravilha e aceitei. Passei um ano recebendo salário da ONU para fazer aquela coletânea, em que fui identificando textos essenciais segundo os períodos de mensagem. Nos anos 1950, a mensagem era a da industrialização. Na década seguinte, o tema era as reformas progressistas para viabilizar uma industrialização com maior participação da população nos frutos do progresso técnico. Nos anos 1970, entrou a ideia de estilos e/ou padrões de desenvolvimento. Durante a década de 1980, com a situação de asfixia financeira e da dívida, a mensagem da Cepal era a de renegociar para enfrentar a dívida com crescimento de exportação. Depois, nos anos 1990, passou a ser a transformação produtiva com equidade. Em 2000, isso apareceu de uma forma mais refinada, tendo entrado ainda as questões de coesão social e cidadania. A partir de 2010, o tema da igualdade recebeu um peso maior ainda. Nessa construção, à medida que o tempo foi passando, eu fui identificando os textos mais importantes de cada período. A coletânea foi muito importante, pois as pessoas conheciam a Cepal “em pingadinhos”.

Uma coisa bastante legal nesse processo foi a participação do Octávio Rodríguez no projeto. Durante a escrita da minha tese de doutorado, eu tinha lido o Octavio Rodríguez que, a pedido do Raúl Prebisch, escreveu sobre a Cepal. Além de comentar as várias teses pela qual a instituição era

2 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

3 Bielschowsky, R. (Org). **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Record. 2000. Disponível em: <https://repositorio.Cepal.org/items/d621321f-7606-45ac-bf9c-3acc5e8cb8d7>. Acesso em: 20 mar. 2024.

conhecida, Rodriguez mostrou que Prebisch havia redescoberto (intelectualmente) a América Latina, dizendo que, comparativamente aos países do centro, ela é uma região com baixa diversidade produtiva e uma série de tendências perversas decorrentes, das quais, a principal delas é o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos; e, como segunda grande característica, a região sofria de heterogeneidade estrutural, produtiva e social. Assim, quando me fizeram o convite para escrever a coletânea, eu aceitei, mas pedi que o Octávio participasse. Eu desembarquei em Montevideo e o convidei. O Octávio aceitou, porém ele acabou dando apenas uma pequena consultoria, pois estava envolvido com outras coisas. Foi quando perguntei a ele se não seria possível incluir uma terceira característica, além das duas primeiras, que é o fato de termos um Estado pouco vocacionado para a acumulação de capital e para o progresso técnico. Pode-se dizer também pouco vocacionado à inclusão social e, agora, à sustentabilidade ambiental. Será que um dos problemas era não termos um Estado e uma institucionalidade pouco vocacionada para essas missões? E ele respondeu que não tinha pensado nisso antes, mas que concordava com o ponto que eu apresentava.

Alguns anos depois, escrevi um artigo chamado *Estruturalismo e Neo-estruturalismo*<sup>4</sup>, em que digo que o neo-estruturalismo é o estruturalismo com um enfoque analítico posterior à abertura. A Cepal não tem nada a ver com a abertura e ela não pediu a nenhum país para abrir. A Cepal é um *board*. Um conselho das economias da América Latina, que estavam se abrindo, à revelia dela própria, para receber capital de fora. Os países estavam seguindo o Consenso de Washington para finalmente atrair capital, que era muito escasso. Foi dessa forma perversa que nós nos inserimos na globalização financeira e produtiva. A Cepal buscou se defender e se posicionar em relação a isso. Em um texto chamado *Transformação produtiva com equidade*<sup>5</sup>, foi levantada uma bandeira de trégua para que ela pudesse continuar a defender as suas teses, a despeito das condições do marco regulatório, que já tinha se alterado bastante fortemente. Atualmente, a proposta da Cepal continua a ser heterodoxa no plano macroeconômico, desenvolvimentista na alocação de recursos, de inclusão universal na área social e de sustentação ambiental na área do clima e do meio ambiente. O neo-estruturalismo foi o estruturalismo adaptado às condições novas de um marco regulatório feito à revelia de sua vontade.

No texto que mencionei antes, *Estruturalismo e Neo-estruturalismo*, eu mostro que o neo-estruturalismo é profundamente estruturalista, porque ao invés de dizermos que existe baixa diversidade produtiva, – porque, na verdade, houve uma diversificação de lá para cá – nós dizemos que tem uma inadequada diversidade produtiva. Quase não temos segmentos de ponta tecnológica e importamos cada vez mais inovação tecnológica de fronteira. Essa ausência faz falta. Persiste, portanto, um desequilíbrio estrutural de balanço de pagamentos, que é enfrentado, na América Latina e no Brasil, em especial, com taxa de juros elevadas para valorizar o câmbio, e com isso evitar a explosão da inflação. Por exemplo, se não fossem esses sessenta ou setenta bilhões de dólares que o Brasil arrecada com petróleo, nós estaríamos com um buraco no balanço de pagamentos muito rápido. Temos uma certa folga graças a isso. Ontem, vi uma palestra que o Aloizio Mercadante deu na Cepal e que perguntaram a ele sobre a exploração de petróleo brasileiro nas proximidades com a Guiana. Mercadante respondeu que existe uma

4 Bielschowsky, R. Sesenta años de la cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista de la CEPAL*, 97, abril 2009.

5 CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: Bielschowsky, R. (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Record. 2 Edição. 2000. Disponível em: <https://repositorio.Cepal.org/items/d621321f-7606-45ac-bf9c-3acc5e8cb8d7>. Acesso em: 20 mar. 2024.

transição energética, mas não uma substituição de fontes de energia. Setenta dos oitenta milhões de automóveis produzidos por ano são movidos a combustível fóssil, além da gigante frota já existente. É o petróleo que vai nos ajudar a financiar energias não contaminadoras do meio ambiente, não produtoras de gases de efeito estufa, porém, não é possível deixar de fazer isso.

A consciência do nosso desequilíbrio estrutural de balanço de pagamentos vem desde 1949, com o Prebisch. E ela é a coisa mais permanente que tem na Cepal. É a partir disso que eu digo que nós temos uma inadequada diversidade produtiva e que os neoestruturalistas são estruturalistas porque a heterogeneidade estrutural não se desfez, nós continuamos com uma disparidade de produtividade muito forte, entre os setores e os trabalhadores. A contrapartida disso é a riqueza junto com a pobreza: a heterogeneidade social. Isso, claro, também é ajudado pela forma de propriedade e a escassa proteção social. A Cepal continua nessa fase neoestruturalista, profundamente estruturalista. E, para falar de Estado, é necessário mencionar que o Estado de Bem-Estar Social europeu se enfraqueceu muito e, ainda assim, é melhor do que o da América Latina. E o Estado capaz de impedir as agressões ao meio ambiente também é um Estado fiscalizador pobre. Uma nação que implementa ciência e tecnologia é forte na universidade e na empresa. Essa não é a realidade do Brasil e dos países da região. Não há conexão com o setor produtivo, ou ela é insuficiente, e não há parcerias público-privadas tecnológicas de ponta.

Eu me dei conta que o neo-estruturalismo é profundamente estruturalista durante a escrita do livro sobre os Sessenta anos da Cepal<sup>6</sup>. Eu brinco que levei um susto quando fui convidado para escrever essa outra obra, porque a Cepal é de 1948 e eu nasci em 1949. Com o convite, percebi que eu também estava por completar sessenta anos. Me chamaram porque eu havia escrito aquele outro em comemoração aos Cinquenta anos. Passados outros dez anos, novamente me chamaram, apesar de já aposentado, para escrever o livro sobre os Setenta anos da Cepal<sup>7</sup>. Isso, para mim, é motivo de orgulho.

Na minha visão, pensamento econômico sempre foi um atalho para olhar a história. Ele não é forjador de história, apesar de até ajudar a formar ideologias que interagem com a história. Mas é, principalmente, um pensamento que se nutre da história econômica, política, social, ou seja, é um reflexo da história. É um atalho para chegar na história. E essa é uma coisa que eu sempre gostei de fazer. Sempre gostei muito de economia brasileira e ler os grandes autores da área permitiu que eu me aproximasse de uma organização da história brasileira. É claro que, depois, surgem outras coisas. Gosto de dizer que a minha especialidade é falar dos outros e falar do pensamento deles. Eu não tenho ideias próprias, porque as minhas ideias são a organização das ideias dos outros. Há somente uma coisa ou outra que é ideia própria, minha.

Isso é um resumo do que foi a Cepal. Eu escrevi sobre ela em 1998, depois em 2008 e em 2018, fora alguns outros textos. Eu sou muito grato a essa experiência, pois, de fato, foi um convívio maravilhoso. Assim como no Instituto de Economia, Wilson. Aquele ali é um lugar muito agradável, de um convívio intelectual muito gostoso. Aprende-se muito com professores e alunos. Tem que saber ouvir sempre e fazer isso mais do que falar, de preferência. Vocês estão me fazendo falar agora, dado que isso é uma entrevista, todavia, eu gosto mais de ouvir do que de falar. Anotar o que a pessoa disse, pensar e costurar as ideias.

6 Bielschowsky, R. (Org.). **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998- 2008**. Buenos Aires: CEPAL/Siglo XXI, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/2007>. Acesso em: 20 mar. 2024.

7 Bielschowsky, R.; Torres, Miguel. (Org.). **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio. Textos seleccionados del período 2008-2018**. CEPAL. 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/46162>. Acesso em: 20 mar. 2024.

**Gustavo Pinto:** E preparar a edição de 2028, professor?

**Ricardo Bielschowsky:** Não sei. Nós vamos nos cansando e querendo coisas novas.

**Gustavo Pinto:** Professor, o senhor já respondeu grande parte das questões que eu tinha sobre o primeiro livro dos Cinquenta anos de pensamento da Cepal e a respeito das obras subsequentes. Na primeira apresentação, o José Antônio Ocampo<sup>8</sup> fala que a obra não tem um autor responsável, mas que ela é uma soma de esforços. Considero isso um elemento contraditório, visto que o senhor mesmo indica uma inovação própria ao ter tido que identificar nominalmente os autores que foram responsáveis por aqueles textos. Mesmo se eles fossem registrados em trabalho coletivo, a opção pela identificação foi sua. Com isso eu gostaria de voltar a um ponto da resposta anterior que é a produção desse material. O senhor já comentou o papel da contribuição do Octávio Rodríguez, mas eu queria ainda entender se havia uma equipe trabalhando conjuntamente ou se foi tudo trabalho solo seu.

**Ricardo Bielschowsky:** É, aquilo ali fui eu mesmo. Bem, esse trabalho que vocês estão fazendo é coletivo, mas tem a individualidade de cada um nisso. O trabalho intelectual tem um momento individual e outro coletivo. Tem certas coisas que são mais fáceis de se fazer sozinho e, quando isso acontece, é possível seguir fazendo dessa forma. Aliás, eu convidei e organizei o livro de 2018 com um grande sujeito e companheiro, o Miguel Torres, que foi quem tinha estudado Fernando Fajnzylber. Atualmente, ele é o editor chefe da Revista da Cepal.

Nas primeiras edições, houve um momento que acharam melhor não identificar todas as pessoas autoras dos textos. Ficou definido que somente os nomes de pessoas falecidas e aposentadas poderiam aparecer; diferentemente do pessoal que estava trabalhando naquele momento na Cepal. Foi com base nisso que os textos foram assinados em nome da Instituição. Em 1998, essa decisão ficou com o Ocampo; em 2008, foi dele para a Alícia Bárcena<sup>9</sup> e, por fim, em 2018, ficou com ela. Nesse último, eu já me sentia mais “o dono da bola” e coloquei o nome de todos. No primeiro trabalho, eu não havia inserido meu nome. O Ocampo, porém, depois de ler a introdução, me ligou e disse que queria que eu assinasse. Eu entendia que aquilo fazia parte da minha atuação coletiva na Instituição, mas ele reforçou que eu deveria assinar e foi por isso que eu virei conhecido especialista em pensamento da Cepal, pois meu nome estava lá.

Apesar do trabalho intenso, foi muito legal organizar essas obras. É fundamental ler tudo e não se pode deixar nada de fora. É necessário saber selecionar, porque o produto não pode ser um livro de cinco mil páginas. E, mesmo assim, eles são grandes, com umas quinhentas páginas, já que são coletâneas. Há também outra sensibilidade que é a de que, nesse formato, é importante deixar certas coisas de fora e as pessoas que não são incluídas não ficam muito felizes. A Cepal tem uma equipe técnica fantástica e o seu coletivo intelectual é de muito bom nível. Ou seja, não é um trabalho trivial de se organizar. O pensamento do passado é mais fácil, visto que já está mais cristalizado e todo mundo sabe quem são os clássicos. Contudo,

---

8 Secretário Executivo da Cepal entre 1998 e 2003.

9 Secretária Executiva da Cepal entre 2008 e 2022.

o pensamento do presente, que está sendo produzido ou o foi nos últimos dez anos, é difícil. É muito mais difícil. Todo mundo acredita que a sua contribuição é a mais importante ou, pelo menos, é tão importante quanto os textos selecionados. É toda uma costura, quase um trabalho de artesanato ao estudar o pensamento econômico de uma instituição.

**Gustavo Pinto:** É uma bela colcha de retalhos. O resultado é superinteressante.

Professor, eu ainda gostaria de fazer uma pergunta sobre o ano de 1991. Logo quando o senhor chegou na Cepal, o Fernando Fajnzylber faleceu, ele que foi um dos formuladores da concepção da transformação por equidade, uma marca da agenda de pesquisa dos anos 1990. Com isso, eu queria saber se o senhor teve uma relação com o próprio Fajnzylber ou com as ideias dele. Em particular, em que medida o falecimento impactou o desenvolvimento das ideias sobre crescimento com transformação estrutural posicionado a partir da equidade?

**Ricardo Bielschowsky:** Nos anos 1960 e 1970, a Cepal estava trabalhando em dois trilhos: transformação produtiva e a questão social – a produtiva desde os anos 1950 e a social desde os 1960. Muito embora o bem-estar social só tenha entrado no Brasil depois da Constituinte; no pensamento social-desenvolvimentista, a questão social foi apresentada pelo mercado de trabalho e de terras, e muito menos pela questão do bem-estar, pensada enquanto saúde, educação e previdência. Quem me chamou a atenção sobre essa evolução no pensamento foi a Lena Lavinas com quem por muitos anos dividi cursos sobre América Latina no Instituto de Economia (UFRJ) IE. Na Cepal, foi a mesma coisa nessas décadas, com o Aníbal Pinto e o próprio Celso Furtado. Tudo isso parou em 1980 por conta de uma crise gigantesca. É então que, na década seguinte, o Fernando Fajnzylber, que era muito amigo do Gert Rosenthal – número um da Cepal na época – é convidado por ele para enfrentar aquela onda neoliberal que varria a América Latina.

Para não entrar em confronto com o Conselho Deliberativo da Cepal (seu “Board”) formado em sua maioria pelas nações latino-americanas, que já haviam aderido ao neoliberalismo - foi levantada uma “bandeira branca”, regida pelas ideias de que a agenda seria positiva e que sealaria pouco do neoliberalismo. Foi nesse contexto que o Fajnzylber retomou a transformação produtiva e as questões sociais, começando com a educação. A ideia dele era a de ir incluindo a questão social para retomar o projeto de transformação produtiva com questões de igualdade. Naquele momento, era chamado de equidade e, depois, passou a ser igualdade, em relação a uma questão relativa à meritocracia. Igualdade não pressupõe mérito, igualdade é um princípio fundamental humanista de organização social. Posteriormente, essa separação entre equidade e igualdade foi trabalhada conceitualmente na Cepal.

Em 1983, quando eu já era professor do Instituto de Economia, o Fernando Fajnzylber escreveu um texto chamado *A industrialização truncada da América Latina*<sup>10</sup> e deu uma palestra no Instituto. Eu lembro que o Cláudio Salm, que era muito meu amigo, estava sentado do meu lado, me disse: “eu acredito que isso não se aplica a nós, no Brasil, não é? Será que se aplica a nós?”. Isso porque nós pensávamos que tínhamos feito uma industrialização muito mais completa. *Trunca* significa incompleta ou confusa. Isso valia para o Chile, o país de Fajnzylber, e, em

10 Fajnzylber, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen. 1983.

razoável medida, até para o México e a Argentina, que tinham avançado pouco na indústria de bens de capitais. Nós tínhamos avançado bastante e, naquela data, ele propugnava a criação de um núcleo endógeno de progresso técnico, a indústria de bens de capital, que nós já tínhamos. Era uma questão de aperfeiçoamento. Esse foi o primeiro texto dele, que é um muito menos brasileiro e, em geral, muito mais latino-americano. Me lembro perfeitamente de, na época, sair de lá conversando com o Cláudio sobre esse aspecto da palestra.

Em 1989, ele escreveu um outro texto chamado *Da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”*<sup>11</sup>. Ali, Fajnzylber apresentou uma matriz com quatro células, sendo que as linhas representavam o crescimento (alto e baixo) e as colunas a informação sobre distribuição de renda (com ou sem). Com base nisso, ele apontou que a Espanha, a Coreia e Israel tinham tido crescimento com melhoria distributiva, enquanto os casos de Uruguai e Argentina foram identificados por baixo crescimento com razoável distribuição de renda. Brasil, México e outros países foram marcados por um forte crescimento com nenhuma ou péssima distribuição de renda. A célula vazia, o *casillero vacío* – que significava o crescimento com distribuição de renda –, ainda estava por ser preenchida. Foi a partir disso que ele lançou essa ideia da transformação produtiva com equidade. E essa contribuição esteve conectada com o texto de 1983 e com o argumento de se fazer uma transformação produtiva absorvendo a indústria de bens de capital para dentro da estrutura produtiva. Ele foi inovador na Cepal.

Quando eu cheguei, em 1991, Fajnzylber estava em plena atividade. Houve até uma ocasião em que o Lula esteve lá, nesse ano, e eu questionei o seguinte: “olha, Lula, aqui na Cepal, estão presentes autores de propostas de transformação produtiva com equidade. Acredito que isso está muito próximo da proposta de sua campanha do ano passado”. O Fernando Fajnzylber ficou tão contente com a minha colocação que me abraçou e agradeceu no corredor. Em resumo, ele queria que inaugurasse, na América Latina, uma fase no pensamento em que se conjugasse crescimento com uma transformação produtiva que envolvesse avanço social. Eu cheguei em janeiro e ele morreu em dezembro, ainda muito jovem. E, como sou muito amigo da Conceição e ele também, estávamos nos aproximando. Ele até me convidou para ir trabalhar com ele, mas eu estava comprometido com um outro projeto. Foi uma grande perda, porque o Fajnzylber teria sido o grande intelectual dos anos 1990 na Cepal. Outros, claro, também se destacaram, como o excelente Ricardo French-Davis, na área macroeconômica, e o Jorge Katz, que é um grande nome da economia da tecnologia latino-americana e que foi meu diretor, inclusive.

A Cepal era um lugar onde toda hora tinha gente de fora circulando, de muito movimento intelectual, e foi assim até o golpe de 1973 no Chile. Eu entrevistei o Enrique Iglesias, Secretário Executivo da Cepal entre 1972 e 1985, quando eu estava escrevendo sobre os Cinquenta anos da instituição, e quando o questionei a respeito do período, ele me respondeu: “foi de resistência contra a ditadura de Augusto Pinochet. Como nós éramos um órgão das Nações Unidas, ele não podia mexer com a gente. Nós fazíamos resistência ali”. Depois ele se tornou presidente do BID, entre 1988 e 2005. Aquele, portanto, foi um contexto de resistência em que, evidentemente, as consequências sobre a produção intelectual não foram pequenas. A intelectualidade latino-americana deixou de circular na Cepal. Quando eu tive a sorte de ir para lá, em 1991, justamente, passava a haver uma nova onda de encontros e voltou a chegar muita gente boa.

11 Fajnzylber, F. Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto-vazio”. In: Bielschowsky, R. (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Record. 2 edição. 2000. Disponível em: <https://repositorio.Cepal.org/items/d621321f-7606-45ac-bf9c-3acc5e8cb8d7>. Acesso em: 20 mar. 2024.

O Fernando Fajnzylber fez muita falta nesse tempo e ainda faz muita falta nos dias de hoje. Meu amigo Miguel Torres escreveu sobre ele. A obra se chama *Fernando Fajnzylber: una visión renovadora del desarrollo en América Latina*<sup>12</sup> e aborda a competitividade sistêmica e outros temas que ele estudava, como a do núcleo endógeno de progresso técnico. Sempre generosa com amigos como ele, Conceição dizia que o Fernando, na verdade, estava ali fazendo uma agenda de pesquisa. Aquele documento de 1990 tem um escorregão ou outro, porém, foi material de conciliação, inclusive, interna. Existem algumas coisas que fogem um pouco daquilo que viria efetivamente a se consagrar como neoestruturalismo e que ele foi obrigado a aceitar ali, naquela transição. Foi um belo documento de resistência e é assim que ele tem que ser interpretado.

**Gustavo Pinto:** Professor, gostaria de aproveitar esse gancho com a questão da transição no início dos anos 1990 para fazer mais uma pergunta.

Quero voltar ao momento em que o senhor começou a atuar na Cepal e perguntar: naquela altura, o que persistia do método estruturalista na formação e na pesquisa que estava sendo realizada na Instituição? Não só o que restava do pensamento histórico-estruturalista, mas quanto a esse novo neoestruturalismo. O senhor já comentou um pouco quanto a esse neoestruturalismo, que estava começando a ser desenvolvido e que era também estruturalista. Em suma, o que residia no método, na formação e nas pesquisas naquele momento?

**Ricardo Bielschowsky:** Alguém que queira mudar uma instituição consolidada como a Cepal, Gustavo, tem que rebolar, porque aquilo ali diz respeito à formação intelectual da casa e a muitos anos de reflexão e conhecimento acumulado e organizado em uma perspectiva histórica de transformação das estruturas. Essa é a razão de ser da Cepal. Por mais que, vez ou outra, chegasse uma pessoa mais liberal, havia um conjunto de pesquisadores que eram portadores desse acúmulo de conhecimento e método de trabalho, do qual é muito difícil despir-se. Isso fica na Instituição.

Tal qual na nossa universidade, a Cepal é formada por intelectuais que fazem concurso e ficam lá a vida toda. Não é possível chegar e transformar a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em uma instituição heterodoxa, assim como não é factível transformar a Unicamp em uma instituição ortodoxa. Há um entranhamento da vida intelectual. E a Cepal nunca perdeu essa. Mesmo as teses são bastante permanentes, com a ideia da baixa diversidade produtiva, da heterogeneidade estrutural, das debilidades do Estado, o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos e os componentes disso no processo inflacionário, que é a inflação estrutural. Há ainda a tese da tendência ao subemprego, que é do Furtado. Essas coisas todas permanecem. E isso está relacionado ao fato de que não se está contando a história do que está acontecendo naquela conjuntura, mas sendo identificada a conjuntura em um processo histórico, um crescimento no desenvolvimento. Essa perspectiva está no DNA da Cepal e não é fácil retirar.

12 Torres, M. *Fernando Fajnzylber: una visión renovadora del desarrollo en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL. 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/2458>. Acesso em 20 mar. 2024.

Toda a visão de inserção internacional desde a periferia, o que mudou? Por acaso não estamos agora inseridos internacionalmente a partir de uma periferia chamada América Latina? É um novo centro, porque tem a China. É uma nova realidade, pois tem uma globalização financeira e produtiva. Porém, de qualquer maneira, dentro dessa nova realidade, nós somos a periferia. Como se deixa de examinar isso? Isso é uma questão que está na sua frente e está registrado no seu DNA. É a força de um pensamento muito bem-sucedido do ponto de vista da capacidade de interpretação da realidade latino-americana. E se os instrumentos analíticos formados dão conta, por que eles seriam abandonados? É aí, então, que eles são mantidos. É nesse sentido que a resistência ao neoliberalismo foi muito forte. A Cepal é uma instituição que, intelectualmente, ao tentar torná-la outra, do tipo Banco Mundial, ela some.

O que acontece também é que a Cepal dos anos 1950 tinha muito mais projeção relativa, porque naquela época quase não existia vida acadêmica na América Latina. Somente depois surgiram os mestrados e doutorados, a formação de equipes tecnocráticas em bancos, em instituições de planejamento e nos Estados nacionais. Ela passa a não ter a mesma relevância, já que existem muitas outras instituições de pensamento, de planejamento e de interpretação da realidade latino-americana e nacional. A vantagem relativa da Cepal é que aqueles que quiserem encontrar coisas ou pesquisar sobre a América Latina devem ir ao seu repositório, que é composto por mais de trinta mil textos. Ele é disparado, o melhor banco de dados e estatísticas da região. Existe todo tipo de dados lá. Todos os anos são produzidos cerca de duzentos papers. Fazer a história do pensamento da Cepal não foi fácil. Ralei muito.

**Gustavo Pinto:** Professor, agradeço sua atenção na resposta e passo, então, para a minha última pergunta em relação à Cepal.

O Fernando Henrique Cardoso (FHC) é considerado um dos mais eminentes pensadores Cepalinos e, coincidentemente, o senhor foi diretor do escritório da Instituição no Brasil durante o governo dele (1995 a 2003). Desse modo, gostaria de saber sua avaliação da relação da Cepal com o governo FHC naquele momento, tanto do ponto de vista político quanto institucional. Carrego essas dúvidas comigo há muitos anos, desde o processo de formação da dissertação e da minha tese.

**Ricardo Bielschowsky:** O Fernando Henrique gostava da Cepal. Quando eu estava ainda em Santiago, no último ano do governo de Itamar Franco (1992 a 1994), enquanto ministro das Relações Exteriores, ele nos fez uma visita. Ele tinha bons amigos na instituição, como o Osvaldo Sunkel e o Aníbal Pinto, que também eram meus amigos e da Conceição. Houve uma fusão, um encontro de intelectuais brasileiros com chilenos naquele exílio brasileiro de pós-1964 muito relevante. Aliás, o Sunkel e o Aníbal Pinto tinham sido diretores do escritório do Rio de Janeiro e o Aníbal Pinto era diretor da revista da Cepal. Ele passava na minha sala e me levava para tomar um café, sempre perguntando sobre a Conceição e o Lessa. Ele me relatou muitas vezes também que, em 1963, quando a Conceição, o Lessa e o Castro dividiam uma sala no escritório da Cepal no Flamengo (RJ), ele tinha que sair da sala dele, abrir a porta dos três e falar assim: “pessoal, mais baixo, essa gritaria toda não vai resolver os problemas do Brasil”. E o Aníbal Pinto caía na gargalhada me contando essa história. Então, era uma

alegria para o FHC reencontrar os amigos. E ainda, com o Enzo Faletto, ele escreveu um livro importante sobre a teoria da dependência<sup>13</sup>. O Aníbal Pinto era um homem que tinha pertencido ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas o Fernando Henrique era próximo a ele. Ele era um cara de muita projeção e um camarada que virou nada menos que presidente da República, para orgulho de seus amigos chilenos.

Me lembro de uma homenagem ao Celso Furtado no BNDES, em que eu participei entre os representantes da Cepal, que aconteceu na véspera para a eleição do segundo mandato dele. Na mesa do almoço, eu estava na companhia de outros colegas estrangeiros, inclusive Osvaldo Sunkel, e revelei a eles que eu votaria no Lula e não no FHC. Eram pessoas de esquerda, que me olharam e disseram: “¿pero cómo?”. Eles ficaram chocados comigo. Eu não sei se posso contar isso, mas, anos depois, em um episódio durante o Período de Sessões da Cepal em Brasília – reunião que acontece a cada dois anos com representantes e embaixadores de vários países da região – o mesmo Osvaldo Sunkel, da teoria da inflação, se emocionou ao ouvir o Lula. Eu estava sentado do lado dele. O Lula falou de improviso durante uma hora. Isso foi uns doze anos depois do episódio do BNDES. O mesmo Sunkel, que estava lá e havia ficado surpreso com a minha declaração de voto em Lula, estava emocionado porque tinha dado certo. Em 2010, o Lula era um expoente mundial.

Voltando ao Fernando Henrique, ele era um homem muito voltado à questão do multilateralismo e a ONU era muito representativa e importante para ele, assim como é para os democratas e para os comunistas. Ele tinha passado pela Cepal e tinha carinho pela Instituição. Quando eu vim para o escritório de Brasília, nós tínhamos uma relação muito boa com o governo FHC, assim como foi depois com Lula. A Cepal é uma entidade muito respeitada no Brasil. Todavia, como é uma instituição das Nações Unidas, nos últimos anos, a relação ficou menos fácil, porque o presidente não era muito ligado às questões internacionais. Ele não perturbou, mas a relação forte ficou por conta dos governos democráticos prévios, e pelo atual.

**Gustavo Pinto:** Muito obrigado pelas respostas, professor, com descrições muito interessantes em relação à Cepal. Agora passo a palavra para o Antônio Sérgio.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Ricardo, começo com o seguinte: o senhor conheceu de perto os empresários da época do regime autoritário e, como escreveu extensamente Fernando Henrique, eles eram “unha e carne” com o Estado; capital e o regime militar. Gostaria de saber como o senhor explicaria o que levou esse pessoal, durante o período de Ernesto Geisel (1974 a 1979), a sair do regime e a começar a assumir o discurso econômico e social do PMDB. O *Manifesto dos Oito*<sup>14</sup>, publicado em 1977 na Gazeta Mercantil, é puro PMDB. Porque fizeram isso e o que aconteceu, ainda não entendemos muito bem. Há quem diga que, em relação à Constituinte, virou senso comum acadêmico que a Constituição de 1988, seja na parte econômica ou social, traduz o ideário peemedebista e tem uma marca cepalina, traduzindo esse ideário. Qual sua avaliação sobre isso? Ainda sobre a Constituinte, nós

13 Cardoso, F. H.; Faletto, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

14 Disponível em: <https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito>. Acesso em: 21 mar. 2024.

entrevistamos Luiz Gonzaga Belluzzo, o Eros Grau e o Delfim. Enquanto os dois primeiros acreditam que a ordem econômica era ainda nacional-desenvolvimentista, Delfim simplesmente vê como um horror completo. Ele chamou a Constituinte, inclusive, de *Constituinte da vingança*. Na visão dele, a condição *sine qua non* para ser presidente ou relator de comissão, era ter sido cassado pelo regime. O senhor tem alguma concordância com o Belluzzo e com o Eros Grau? Por que razão?

**Ricardo Bielschowsky:** Eu me sinto confortável para responder a primeira pergunta, pois eu não tenho a mesma leitura que normalmente se faz sobre o *Manifesto dos Oito*. Inclusive, participei de uma banca de tese sobre o tema que foi muito boa, composta por três artigos, supervisionada pelo meu querido amigo Carlos Pinkusfeld. Aquilo foi um episódio isolado. Naquele momento, o Mário Henrique Simonsen tinha saído desesperado no encalço por financiamento externo para fechar os buracos no balanço de pagamentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) nos anos anteriores, esses oito empresários – entre outros – tinham sido convidados para investir no setor de bens de capital, porque supostamente haveria uma demanda forte para as empresas deles. Inclusive, fizeram isso com taxa de juros de 20% pelo BNDES, quando a inflação já era de 40%. E, então, não veio toda a demanda prometida. Ela estava indo para o exterior, saía na base do *suppliers credit*, do crédito de supridores. Ou seja, uma parte do que iria para os Oito estava vazando para o exterior. Na verdade, o que eles estavam demandando era ter participação nas decisões do Estado, que, naquele contexto, não estava fluindo do jeito que eles queriam. Isso não significou que o grupo tenha passado a ser contra a intervenção do Estado. Era um grupo de oito e o empresariado brasileiro não era composto apenas por esses oito.

Eu fiz essa observação para o Pinkusfeld e para o autor da tese. E eu mantenho isso. Na minha visão, não se pode colocar um holofote em um episódio isolado como se aquilo ali tivesse sido o rompimento do empresariado em relação ao regime militar. Claro, houve um desgaste das ditaduras no início dos anos 1980, especialmente com a enorme crise atribuída aos regimes militares, e isso passou a ganhar adesão do empresariado irritado com a recessão. Todavia, na minha modesta opinião, essa carta de 1978 precisava ser mais bem investigada como fator de ruptura. Eu não acredito que ela tenha sido isso. Foi só essa carta. Há outras? Não se sabe dizer. Penso que esse é um bom objeto de trabalho e acredito que é uma hipótese que vale a pena investigar.

Agora parto para a questão a respeito da Constituinte. O pessoal que mais participou da redação era, de fato, progressista. De modo geral, eram pessoas da esquerda progressista, da centro-esquerda do PMDB e da linha ulyssista. O José Serra foi importante e acredito que ele já era do PSDB. Esse partido não desfez a sua postura diante da necessidade de avanços da Constituinte. E tinha duas outras coisas ali que vinham muito fortes: a questão da democracia e a social, do Estado de bem-estar social. Democracia e a questão do bem-estar social são os dois elementos de maior relevância daquela Constituição.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** E isso não representa exatamente o ideário peemedebista?

**Ricardo Bielschowsky:** Penso que sim. Na minha visão, o ideário constituído naquela transição tinha muita influência de personagens como Franco Montoro, Fernando Henrique, Pedro Simon, Itamar Franco – que na época era progressista – e o José Serra. Esses e vários outros se juntam naquele momento para fazer a Constituição. O PT ainda era muito novo e, inclusive, não se entusiasmou com a Constituinte. Depois, certamente, se arrependeu, porque foi uma bela Constituição.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** E sobre a ordem econômica da Constituição?

**Ricardo Bielschowsky:** Já faz muito tempo que eu não a leio. Eu teria que reler para tentar fazer essa análise, se intervencionista ou antineoliberal. Porém, ela tem uma coisa interessante, e que ainda está viva, que são os Planos Plurianuais (PPA). Um neoliberal jamais colocaria isso na Constituição. De todo modo, eu teria que voltar ao texto para ver o peso do orçamento social. A criação da previdência social, que é um ponto fundamental da Constituinte, pressupõe muita arrecadação e tributação. Não tinha Estado mínimo ali, penso eu, mas teria que reler para ver como isso está concebido. Certamente estão expressas no texto as lutas pela democracia e a frustração em relação à difusão dos benefícios da industrialização pela população como um todo. Isso são as marcas. E essa perspectiva vem muito da experiência de ter dividido a sala com a Conceição, em 1986, no Instituto de Economia. Ela era a musa do Cruzado na época. A Conceição, o Carlos Lessa e todo o pessoal da Unicamp, o Belluzzo e o João Manuel, tiveram peso naquelas coisas.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** E as professoras Sulamis Dain e a Lena Lavinas, ambas da UFRJ, participaram da Constituinte? Elas ajudaram na parte do orçamento social?

**Ricardo Bielschowsky:** Eu sou muito amigo das duas. A Sula foi minha professora, eu fui monitor dela na graduação. Sei que a Sula trabalhou na parte tributária da Constituinte, que é o campo dela, mas não sei sobre a Lena. Eu acredito que ela não tenha tido o mesmo tipo de inserção no PMDB. Em suma, talvez menos a Lena do que a Sula, porém, é fundamental perguntar para elas. A conversa com a Lena e com a Sula é sempre maravilhosa.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Eu gostaria de fazer ainda mais uma pergunta, professor, que diz respeito a um ponto que até hoje não conseguimos ter uma mínima pista: que grupo de economistas assessorou o Partido da Frente Liberal (PFL)? Teriam sido os economistas da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro?

**Ricardo Bielschowsky:** Você está falando da velha Aliança Renovadora Nacional (ARENA)?

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Isso, que já era PFL na Constituinte.

**Ricardo Bielschowsky:** Tornou-se PFL em meados de 1982 e 1983?

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Em 1985 ou 1984.

**Wilson Vieira:** Em 1984, como Frente Liberal. Quando veio a democratização, ele se tornou o Partido da Frente Liberal, liderado por Antônio Carlos Magalhães.

**Ricardo Bielschowsky:** Muitas pessoas da FGV foram para os governos da ditadura, dentre eles o próprio Mário Henrique Simonsen e o Carlos Langoni, que, muito embora, na prática, nos anos 1970 acabaram até sendo mais heterodoxos que ortodoxos. Depois, o Delfim Netto levou o Langoni para o Banco Central. Ele foi bem ortodoxo naquilo que era possível ser em plena década de 1980, quando não adiantava muito ser uma coisa ou outra. Era uma situação extremamente complicada de dívida externa empurrando a inflação e quase impossível de sustentar. Estou tentando lembrar quem esteve no Ministério da Fazenda do governo Sarney (1985 a 1989). O Sarney nunca deixou um carioca nesta pasta.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Começou com o Francisco Dornelles.

**Ricardo Bielschowsky:** Ele é mineiro, e sobrinho do Tancredo Neves, que o havia escolhido para a pasta, por isso Sarney o convidou. Tancredo Neves. O Dornelles tentou imprimir uma coisa mais ortodoxa e não conseguiu. A inflação estava disparando de 200% para 400% no colo dele.

Havia um pessoal da PUC, do choque heterodoxo, que era o Lucas Lopes, o Lara Resende e o Pêrsio Arida, mas eles não eram do PFL. Eles estavam muito mais próximos do PMDB e, depois, viraram "tucanos". Eles fazem o choque heterodoxo, que é o do Chico Lopes. Vou contar uma história engraçada, e bem conhecida que, talvez, você já tenha ouvido, Antônio Sérgio.

O Lucas Lopes, pai do Chico Lopes, era muito amigo do Juscelino Kubitschek e muito ligado ao Tancredo também – aquele pessoal mineiro, posicionado ao centro. E o Chico estava com esse negócio do choque heterodoxo na cabeça, a ideia de que não dava para terminar com a inflação sem combater a inércia inflacionária. Então, ele foi visitar o Tancredo durante a transição. Todavia, o Tancredo tinha para si que qualquer pessoa que fosse conversar com ele queria cargo. O Chico explicou como era a teoria da inflação inercial e o porquê precisava de um choque. Ele saiu da sala, lá em Belo Horizonte, e o Tancredo chamou o principal assessor dele e disse: "esse menino, filho do Lucas, tem umas ideias meio esquisitas. Dá aí uma diretoria do BNDES para ele". Esse era o Tancredo PP-PMDB, digamos assim.

Na sequência veio o Bresser Pereira, que era do PMDB e depois virou PSDB. Quando o Bresser-Pereira renunciou ao cargo, em 1988, assumiu o Maílson da Nóbrega. Não acredito que ele tivesse muita relação com o PFL. Ele era mais um técnico do Banco do Brasil que fez aquele "feijão com arroz". E, depois, veio o Fernando Collor (1990 a 1992) com a Zélia Cardoso de Mello no Ministério, que tampouco tinha a ver com o PFL.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Nós tivemos uma indicação de que o Winston Fritsch, da PUC, teria assessorado o PFL durante a Constituinte. Escrevemos para ele, mas não obtivemos resposta.

**Ricardo Bielschowsky:** Penso que isso não tinha a menor importância naquela época. O Winston vai ter alguma importância entre 1992 e 1993. Ele foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda ou alguma coisa assim.

O governo Collor não era PFL, era Collor. Depois, veio o Itamar, que tampouco era PFL. O governo Fernando Henrique foi mais PFL, porque tinha uma coligação forte ali PSDB-PFL. Ainda assim, o ministro da Fazenda do FHC foi o Malan, que não tinha nada a ver com o PFL. O Malan se tornou “tucano”. Ele era progressista nos anos 1970, e se voltou para o centro depois, já nos anos 1990. Não vem dessa extração da ditadura. O PFL era um partido que era ARENA antes. Não acho que tenha tido influência não, mas posso estar errado. Inclusive, é importante observar que, na Constituição, houve muitos segmentos e grupos de trabalho criados. Penso que isso deve ser olhado melhor. Eu diria que não tiveram maior influência.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Certo. Gostaria de voltar um pouco ao Chile, que comentamos anteriormente. Os liberais brasileiros dizem que a tragédia na economia brasileira, em todo país, se deve ao fato de termos feito o caminho inverso do Chile. Naquela experiência foi feito primeiro o ajuste econômico, tal como eles entendem, e depois o país se tornou uma democracia. Nós, não: fizemos a democracia primeiro, com a Constituinte e, depois, a partir de Fernando Henrique, tentamos o ajuste econômico que, segundo os liberais, não foi completado. O senhor acha que essa versão tem sustentação explicativa?

**Ricardo Bielschowsky:** Eu teria que pensar mais profundamente.

O Chile foi um dos primeiros países a fazer o ajuste liberal, nos anos 1970, e foi um dos que teve a crise mais gigantesca na década seguinte. A ditadura no Chile acabou com uma renda per capita menor do que quando ela começou. Entre 1986 e 1987, os preços dos ativos chilenos estavam no chão. E os Estados Unidos (EUA) ajudaram o Chile nos anos 1980. Os EUA ajudaram muito Honduras, por causa da Nicarágua, e a Costa Rica, para não ter contaminação da Nicarágua. A Costa Rica foi o primeiro país da América Latina a sair da crise, com ajuda norte-americana, e aquilo ali era democracia. Na verdade, na América Central, a geopolítica manda que qualquer tipo de estabilidade que evitasse o perigo do socialismo ou do comunismo era bem-vinda. Eles apostaram na ditadura estável de Honduras e na democracia estável da Costa Rica. Enquanto uns foram ajudados, Guatemala e El Salvador não foram. Aqui na América do Sul isso aconteceu com o Chile, com a ditadura chilena. Começou a haver uma onda de investimento.

O Chile estava há muito tempo sem aproveitar os seus imensos recursos naturais e investir nisso começou a dar certo. E, apesar de se dizerem muito neoliberais, eles preservaram a carga tributária e não privatizaram a estatal de cobre, a Codelco, para equipar as forças armadas. Eles tinham o sentido de preservação do Estado. Portanto, o Estado chileno não foi desfeito, mas substituído em vários segmentos por blocos de interesses capitalistas

concentrados. Aquilo ali não era mercado; no Chile não há mercado concorrencial. Quando abriram a economia nos anos 1970, a indústria que tinha que ir já tinha ido e, depois, eles não introduziram uma concorrência, o essencial foi feito via grandes grupos. O Estado ajudou a formar grandes grupos industriais e o capitalismo ali deu certo.

Enquanto o resto da América Latina estava afundado em hiperinflação, eles conseguiram dominar a inflação com ajuda externa. Só com o Plano Brady, uns três anos depois de o Chile sair do seu buraco, é que a América Latina começou a fazer o mesmo movimento. O último foi o Brasil. E o que foi o Plano Brady? Foi um plano de refinanciamento, de desconto nos títulos da dívida externa dos países latino-americanos e de outros países do mundo. Ele marcou o começo de uma nova etapa. O neoliberalismo só prosperou na América Latina depois que o Plano Brady deu certo. Foi quando todos os países da região se tornaram neoliberais. E por que o neoliberalismo não é uma marca nossa? Por que isso não aconteceu antes do Plano Brady? Porque nenhum banco no mundo estava brigando para ter abertura financeira, pois isso é uma coisa para deixar entrar e sair à vontade, com liberdade de fluxo de capitais. E todo o mundo financeiro estava fugindo da região. Bom, mas e a abertura comercial? Nenhum banco queria que a Argentina importasse mais, nem o Brasil. Alguém queria que o Brasil se abrisse para importação? Ninguém desejava isso, porque o dinheiro que seria para a importação tinha que ser direcionado para o pagamento de juros da dívida.

Então, na região, os anos de 1980 foi uma década tipicamente não-neoliberal. Como já comentei, não interessava a ninguém que os países da América Latina se liberalizassem, porque não interessava ao sistema financeiro internacional. Todo mundo se arrebentou por causa do choque de 1979 e aquele negócio do Plano Volcker; Chile, Argentina e o Uruguai, mesmo adotando o neoliberalismo, arrebentaram, porém, eles não foram os únicos. Aconteceu o mesmo conosco, os intervencionistas. Somente mais de dez anos depois conseguimos sair desse buraco no qual todos entramos, inclusive aqueles que tinham feito política neoliberal. O Chile se liberalizou um pouco antes, mas a abertura dos anos 1970 destruiu a indústria, que nunca foi muito significativa. E, depois, na década de 1980, a nova abertura foi com pouco mercado. Por exemplo, a privatização da energia elétrica, Antônio Sérgio, sabe como ela foi feita?

Chamaram dois indivíduos para escrever o marco regulatório e as regras de privatização do setor de energia elétrica. E quem se tornou o dono das duas grandes empresas de energia elétrica quando elas foram privatizadas? Esses dois tipos. Posteriormente, eles venderam as empresas para multinacionais. O Chile é um país que se fez na base de um capital muito concentrado. Quando eu tinha problema com o serviço de telefonia e queria que eles me atendessem, sabe o que eu fazia? Eu os chamava de monopolistas. Uma hora depois chegava alguém em casa para arrumar o meu telefone. Eles sabiam que eram monopolistas. Era o monopólio da energia elétrica e o da telefonia. Os chilenos fizeram uma coisa chamada previdência social privada. Vocês já ouviram falar das Administradoras de Fundo de Pensão (AFP)? Talvez, 20% dos segurados conseguiam pagar a previdência social privada. E quando há privatização, deixa-se de arrecadar, não é? O nosso sistema é *pay as you go*, em que se vai recebendo da força de trabalho e, então, pagando aos aposentados. Esse dinheiro acabou por lá. Foi um buraco nas contas do governo chileno de 4,5% durante mais de dez anos. Isso é neoliberal, ou é um Estado que interfere para transferir propriedade e renda ao setor privado? Gasta para fazer um sistema privado de bancos e de grupos, ao invés de aplicar em educação e saúde? Neoliberalismo de fachada, enorme intervencionismo pró-grande capital, na prática.

Tudo isso para dizer que há muita mentira em relação ao Chile. Eles se vendiam ao sistema financeiro internacional como um neoliberal porque, com isso, tinham desconto na taxa de juros que pagavam. Eu cheguei no Chile em 1991 e a arrogância de “Primeiro Mundo” daquela burguesia pinochetista era inacreditável. Muitas coisas ditas sobre aquele país devem ser mais bem explicadas. A despeito disso, eles foram muito bem-sucedidos.

O Chile é um país que tem um sistema fiscal organizado. Não se sai de uma loja sem que te entreguem um recibo boleto. Se isso acontecer, o vendedor sai correndo atrás de você para entregar, porque ele sabe que tem o Estado em cima dele para cobrar a arrecadação. A evasão fiscal no Chile é bem menor. É um Estado muito organizado para tributar e que participou intensamente do processo de privatização e de abertura. Eles, por exemplo, iam liberando essas AFPs para certos setores. Mas, em um certo momento em que estava sobrando dinheiro nas AFPs, as autoridades decidiram que esse recurso poderia ser aplicado em construção residencial. Uma grande quantidade de edifícios surgiu de forma especulativa em Santiago. Eu estava lá vivendo entre 1991 e 1998 e posso dizer que outra cidade foi montada com aquele dinheiro público, de pessoas que pagavam pelas AFPs – não por elas, mas pelo buraco que eles tinham. Os aposentados que tinham contribuído um pouco a vida toda tinham que receber esse dinheiro. O rombo foi de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse é o Chile. Então, há de se ter muito cuidado com as maravilhas faladas sobre o neoliberalismo chileno. É um país sério e muito rico, com muito cobre, peixe e uma viticultura muito avançada.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Os vinhos, não é?

**Ricardo Bielschowsky:** Ótimos vinhos.

E durante o governo de Frei Montalva, do Partido Socialista (PS), com o Ricardo Lagos Gustavo Lagos Matus como ministro responsável, eles fizeram muitas obras públicas. Foi uma parceria público-privada mesmo, com dinheiro de ambos. Eles executaram todo um ciclo de crescimento com investimento pesado em construção rodoviária e desenvolveram portos. Foi um negócio bem-feito nos anos 1990. Algumas pessoas dizem que essa década foi boa para todo mundo e que tinha dinheiro sobrando. Houve uma crise em 1994 e, depois, uma em 1997. Antes disso, até 1973, o Chile era um dos países que menos tinha crescido no continente e, considerando o período até 1989, ele cresceu muito pouco. Foi só depois que eles passaram a crescer bastante. O Chile teve um ciclo de crescimento único na América Latina. Ou seja, algumas pessoas defendem que o neoliberalismo deu certo na América Latina, mas ele deu rotundamente errado. A quantidade de pessoas em situação de pobreza é contínua, porque, apesar de defender que a abertura para a concorrência aumenta a propensão a investir, o progresso técnico e a geração de emprego, nada disso aconteceu. O crescimento foi medíocre. É preciso rever a história do Chile.

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha:** Muito obrigado, pelos esclarecimentos e, especialmente, pelo seu livro, que eu guardo com carinho até hoje. Devolvo a palavra ao Wilson.

**Ricardo Bielschowsky:** Muito obrigado pelas suas palavras e por estar me mostrando o meu livro.

**Wilson Vieira:** Muito obrigado, Antônio, pelas suas questões. Muito obrigado pelos esclarecimentos, Ricardo. Passamos agora para o nosso último bloco, com Rafael Gumiero.

**Rafael Gumiero:** Boa noite, professor Ricardo. Novamente, gostaria de ressaltar a importância do aceite ao nosso convite e agradecer por estar aqui conosco hoje, nos abrilhantando com essa fala muito esclarecedora sobre aspectos da sua trajetória. Vou abordar agora um pouco da sua história acadêmica no período recente, particularmente durante os dois primeiros governos Lula (2003 a 2010). O senhor teve um papel fundamental na elaboração do PPA 2004-2007, o qual trouxe uma série de sofisticções em termos de agendas de políticas públicas para pensarmos o desenvolvimento no Brasil. Trouxe sempre uma baliza norteadora, com programas que trabalhassem o crescimento econômico e a inclusão social, a partir dos quais, posteriormente, em artigos, o senhor descreveu como o desenvolvimentismo social.

Dentre eles, nós tivemos o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que teve uma participação fundamental na retomada da agenda de crescimento, com grandes obras de infraestrutura, logística e, também, com um rebatimento fundamental no mercado interno brasileiro e no crescimento econômico, acionando setores da nossa economia. E, também, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que foi fundamental ao proporcionar um avanço para além da redistribuição de renda, em que o Programa Bolsa Família era uma das bandeiras do governo Lula. Ele tentou trazer essa chave de sofisticação tecnológica e inovação, evidentemente ainda com vários degraus a subir, porque uma universidade pública, é claro, não se constrói rapidamente. Todavia, o PDE construiu um legado que é o da chave de interiorização, a qual é muito fundamental e que hoje nós temos introduzida nos canais das universidades públicas federais e de institutos federais por todo o Brasil.

Diante desse contexto, gostaria de perguntar o seguinte: em que medida o senhor participou da idealização do PPA 2008-2011? Para mim, ele foi um elemento fundamental na virada da primeira gestão para a segunda de Lula e, inclusive, deixou um legado fundamental para o governo da nossa ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), o qual, hoje, estamos tentando retomar.

**Ricardo Bielschowsky:** Muito obrigado pela pergunta. Penso que você exagerou um pouco, porque a minha contribuição sempre foi bastante modesta, embora eu tenha de fato participado dos processos. Eu escrevi o PPA 2004-2007 e, posteriormente, escrevi uma revisão do 2012-2015. Do 2008-2011, participei muito marginalmente. Eu preciso voltar no tempo para chegar nas minhas modestas contribuições.

Antes dos anos 1970, existia uma agenda socialista de formação social, inclusive de reforma agrária. Foi na década de 1960 que se inaugurou uma fase social-desenvolvimentista propriamente dita, em que os desenvolvimentistas da transformação industrial incorporaram a questão social. Isso começou com Celso Furtado, que construiu a proposição de que se não for feita distribuição de renda, vai haver estagnação. Acabou não acontecendo e existe toda uma discussão sobre o tema. A Conceição, por exemplo, diz assim: "sinto muito, mas, Furtado, o capitalismo brasileiro tem muita energia, ele é muito dinâmico, apesar dessa coisa muito infeliz de ser muito concentrado". É um capitalismo cruel e perverso. Já no começo dos anos 1980, quando terminou o processo de industrialização, nós ficamos em busca de uma nova

agenda. Falávamos que a nossa inserção nas Tecnologias da Informação & Comunicação (TICs), nas tecnologias de ponta e no novo ciclo tecnológico da informática, seria uma nova agenda de transformação. Falava-se muito nisso, mas a década foi muito ingrata. Também durante esses anos foi muito discutida a questão distributiva. E, em 1988, aconteceram duas coisas importantes. A primeira foi a Constituinte, que introduziu como obrigação o direito do cidadão à educação, à previdência e à saúde de qualidade e universal. Enfim, ela incluiu a questão social em qualquer discussão de desenvolvimento. A segunda veio com Antônio Barros de Castro, do crescimento, que disse o seguinte: não é necessário mudar tudo. A democracia ajuda, sim, e vai colaborar muito na questão salarial do mercado interno de consumo de massa, que pode ser a nova etapa. E isso é fácil de fazer, porque a estrutura industrial, ao contrário do que se imagina, não foi montada só por causa dos ricos. Não é preciso mudar o aparelho produtivo, basta transformar o sistema distributivo, que ele vai também puxar, até com mais energia, o crescimento via escala de produção.

Eu levei essa reflexão para o PT. E, acredito, que tenha entrado em uma frase pequena qualquer em 1989. Depois, durante a campanha de 1994, eu escrevi um par de parágrafos sobre o consumo de massa. Não me lembro como isso entrou em 1998, mas, em 2002, entrou com força. Portanto, eu nada mais fiz do que transportar a ideia para dentro dos grupos de trabalho. O PT tem essa dinâmica muito interessante, que é essa da criação de grupos de trabalho, sobretudo em épocas eleitorais. O pessoal se reúne por grupos, tais como economia, questão agrícola, industrial e educação. São centenas de intelectuais que participam, e eu, então, aproveitei aquele espaço para defender minhas ideias de estratégias de desenvolvimento.

Eu participei bastante da campanha de 2002. Foi assim que me chamaram para ser secretário de Planejamento, que é o lugar onde se escreve o Plano Plurianual. Na época eu não podia, mas aceitei coordenar o Plano Plurianual. Éramos toda uma equipe, e eu consegui colocar ali, no centro da estratégia, a questão do crescimento com distribuição de renda pelo mercado interno de consumo de massa, que, quinze anos antes, já tinha sido abordada pelo Castro. Ele tinha razão, realmente é uma nova fase. É uma nova fase inclusive da indústria, porque ela vai ganhar escala e vai conseguir competir melhor com a importação na economia aberta e, ainda permite exportar. Essa questão do crescimento no mercado interno por consumo de massa está no documento do PPA escrito em 2003, para o período de 2004 a 2007.

Com o passar dos anos, eu fui me dando conta que esse não era o único motor do crescimento, há quatro, na economia brasileira. Houve um seminário na Unicamp em que expressei a ideia e o Lessa disse assim: “você está falando de frente de expansão, não é, Ricardo?”. Foi a partir daí que adotei a expressão “frente de expansão”. E tinham outras coisas, como o que o PAC estava fazendo, a frente da infraestrutura e, além dela, também a das *commodities* durante o *boom* das *commodities*. Eram três frentes de expansão. Em 2012, escrevi um texto sobre isso<sup>15</sup>. Três anos depois, a Esther Dweck e o Pedro Rossi me chamaram a atenção para o fato de que eu estava esquecendo de uma, a de serviços sociais. Fui conferir e essa ocupação dava mais de 20% do PIB: educação, saúde, lazer, cultura e segurança cidadã. Foi assim que viraram cinco frentes.

15 Bielschowsky, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyjw5Y5bLXqyg/?format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Na campanha do ano passado, isso foi apresentado na forma de diretrizes, que eram três: a democrática, a social e a econômica e ambiental. Junto com um grupo de colegas, o Gerson Gomes, o Luiz Antônio Elias, o Mariano Laplane, o Fernando Sarti, o próprio Pedro Rossi e o William Nozaki, pegamos os eixos e cruzamos com as frentes de expansão. Fizemos uma matriz em que, nas colunas, colocamos quatro eixos: o social, o ambiental, o produtivo (que envolve toda a questão do progresso técnico, de tecnologia de fronteira e infraestrutura) e o macroeconômico (que, além do princípio mais geral de equilíbrio, de crescimento com baixa inflação, tem objetivos específicos, como, por exemplo, quando se está diante da necessidade de escolher onde deve ser aplicado o tributo, se no fortalecimento do mercado interno de consumo de massa deve-se colocar o dinheiro no salário mínimo. Salário-mínimo custa, porque aumenta a contribuição do Estado para as transferências para os aposentados e pensionistas. Quando o Estado, ao invés de fazer isso, ou junto com isso, coloca dinheiro na educação e na saúde, ele está fazendo uma opção e, ao invés de fortalecer a linha de consumo de massa, fortalece as atividades de saúde e educação).

Cruzamos esses eixos com as quatro frentes de expansão, dando materialidade aos quatro grandes conjuntos de objetivos. No cruzamento das quatro colunas com as quatro linhas, estavam as células preenchidas por políticas. Ao mesmo tempo em que satisfazem os objetivos social, ambiental, climático e o do produtivo de progresso técnico, as políticas também fortalecem os motores do crescimento e as frentes de expansão. Portanto, estão envolvidos dois enfoques: um que é das grandes diretrizes e objetivos e o outro da materialização disso na economia através das frentes de expansão desejadas, quais sejam: consumo de massa, serviços sociais, a infraestrutura e a dos recursos naturais. Essa última é a mais difícil das frentes de expansão brasileira, por causa da questão do meio ambiente, que ainda precisa ser muito cuidado, mas também é aquela que recebe muito crédito, do Banco do Brasil ou do BNDES, caso em que 20% da carteira é para a agricultura. Essa reflexão foi a minha contribuição.

Devo acrescentar ainda uma coisa importante sobre essa matriz. Apesar de ela não ter o eixo da democracia, ele deve ser tido como fundamental, porque a democracia e uma inserção internacional soberana, com um Estado forte voltado para o cidadão, são elementos fundamentais para realizar todos os avanços econômico-sociais. Ao mesmo tempo, na medida em que vão sendo realizados esses avanços, há um fortalecimento da democracia, de modo que é possível estabelecer um diálogo entre a matriz e o eixo fundamental da democracia. Precisamos ter a população mobilizada para alcançar uma institucionalidade e uma capacidade de fazer avançar a sociedade. Sem ela, a gente não consegue fazer isso. Em suma, existe uma sinergia entre a democracia e o desenvolvimento socioeconômico, em que a democracia e o Estado capacitado proveem os elementos que viabilizam o desenvolvimento socioeconômico. E, ao mesmo tempo, a viabilização do desenvolvimento socioeconômico devolve energias para a democracia e para fortalecer a institucionalidade necessária. Considero importante pontuar isso para o projeto de vocês, que aborda a questão da democracia.

Dito isso, reforço que meu esforço foi especialmente conceitual. A partir do consumo de massa que o Castro importou da Europa, entendi que deveríamos fazer o mesmo no Brasil. Foi um trabalho artesanal. A minha contribuição foi, portanto, de organização e sistematização de ideias. E é claro que isso não surgiu do nada na minha cabeça, mas foi uma construção anterior a mim e que começou com o pensamento desenvolvimentista. Compreendi que dava para cruzar as frentes de expansão existentes com as grandes missões a que o país deve de-

dicar-se (social, ambiental, produtiva e de macroeconomia de crescimento com estabilidade de preços). No PT, esse cruzamento significou um esforço de sintetização e sistematização da proposta petista. A minha ambição era a de que o programa de campanha do partido e o Plano Plurianual fossem organizados a partir dessa matriz. Se eu aparecesse só com as frentes de expansão, o pessoal não economista, com razão, criticaria. Então, a proposta era a de que, através de uma certa modalidade de crescimento com inclusão social, progresso técnico e proteção ambiental, tivéssemos crescimento, dando emprego, aumentando salário e satisfazendo os mesmos objetivos. Foi essa a última contribuição que eu dei. Isso está publicado na Fundação Perseu Abramo, em um caderno chamado *Frentes de Expansão da Renda: do emprego ao investimento*<sup>16</sup>. No final desse material, as células que comentei estão todas preenchidas com muita ilustração para que se possa ter uma ideia.

No Plano Plurianual que saiu por esses dias, eu consegui onze linhas para as frentes de expansão. Existe lá no documento onze linhas minhas no lugar de estratégia. Eu teria participado mais se tivesse ido alguém do PT para o Ministério do Planejamento, mas eu estou muito contente com a Simone Tebet, pois ela fez um bom trabalho no Plano Plurianual. Ficou bom, está bem redigido e lá estão todas as políticas. Eu fiquei satisfeito com o produto e considero, inclusive, que respeitaram todo o discurso que estava nas diretrizes do Programa Lula - Alckmin de 2022. Há algumas coisas que poderiam ficar mais bem organizadas, porém isso é querer demais. E eu não tinha como trabalhar no Ministério, não é o meu pessoal que está lá, apesar de serem muito gentis e de bom nível técnico. Quero destacar que eu não estou falando isso só porque prezo muito pela nossa aliança. Eu sou um aliancista nas condições atuais de correlação de forças. Saímos do sufoco de seis anos terríveis. Primeiro, sofremos um golpe e, depois, com os quatro anos com o governo de Jair Bolsonaro. Apesar de ser tudo um luxo para mim, eu realmente acredito que o PPA 2023-2026 é um bom plano e recomendo a vocês a leitura.

**Rafael Gumiero:** Para a minha tese, eu li o primeiro Plano Plurianual, que o senhor colaborou, e agora terei o prazer de ler esse último, a partir da sua recomendação. Professor, parto agora para a segunda questão.

O senhor já citou o texto escrito para aquela coletânea organizada na Unicamp em 2012<sup>17</sup>, que acredito resumir bem essa síntese de ideias compartilhadas aqui conosco a respeito da sua participação nos Planos Plurianuais dentro dos primeiros governos Lula. E, agora, mais recentemente, sua colaboração na campanha do presidente Lula e último PPA. Dito isso, gostaria de pedir que o senhor falasse um pouco sobre as estratégias do governo para o atual período. Como já comentado, saímos de um momento de tremendo sufoco, de seis anos de políticas que, em alguma medida, estavam desaparelhando o nosso Estado em termos de planejamento. Muitos Ministérios foram fechados, particularmente aqueles estratégicos para o planejamento e nosso desenvolvimento, dando lugar a outras prioridades.

16 Subgrupo dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas de Economia e de Ciência & Tecnologia. **Frentes de Expansão da Renda: do emprego ao investimento**. Fundação Perseu Abramo. 2022. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/cadernos/frentes-de-expansao-da-renda-do-emprego-e-do-investimento-estrategia-de-desenvolvimento-economico-justo-solidario-e-sustentavel/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

17 Ver nota 15.

Considerando o desenho da agenda de políticas públicas, qual sua visão para essa nova gestão de 2023 a 2026? Eu gostaria de pedir que o senhor falasse um pouco a respeito dessa nova agenda que também teve sua colaboração e sobre o novo desenho de políticas públicas. Dentro dos eixos apresentados, em qual o senhor localiza a questão da sustentabilidade ambiental? Esse tema assume uma prioridade muito importante, não só pelos índices de desmatamento atingidos nos últimos anos, mas pela própria condução das gestões anteriores, as quais não foram nem um pouco combativas em relação ao problema e, inclusive, enfraqueceram órgãos de proteção que anteriormente funcionavam no Ministério do Meio Ambiente. Qual sua avaliação sobre os indicadores de desmatamento dentro desse novo desenho de políticas públicas?

**Ricardo Bielschowsky:** Essa pergunta é ótima para fecharmos a noite. Antes, porém, devo fazer uma correção. Eu não participei da elaboração desse último Plano Plurianual. Ele foi produzido na Secretaria de Planejamento, com o apoio da assessoria. O que eu fiz foi ter mandado algumas sugestões. Eu não participei da arquitetura. Existem algumas linhas minhas, mal traçadas, que abordam aspectos da frente de expansão, porém, isso não está organizado em torno de frente de expansão nenhuma. Não é esse o espírito do Plano, que é bom. Eu não tive o privilégio de participar desse processo, a não ser muito marginalmente.

Outra observação preliminar, antes de entrar na resposta, é a seguinte: este ano (2023) é transição. Nós estamos respirando. Aliás, estamos todos aliviados, não é, Wilson? Considero um ano de transição, porque existem pessoas chegando no Ministério e é necessário arrumar o “barco furado com ele em movimento”. E eu não tenho ainda uma visão clara de quão bem-sucedido isso está sendo. É o mesmo funcionalismo público que já estava lá, mas havia pessoas em lugares errados. É um momento de recuperação da máquina pública e dos projetos de governo, uma seleção daquilo que tem que parar e do que deve continuar, tudo isso ainda em movimento. Vamos ver se com o PAC, esse negócio ganha maior dinamismo.

Digo agora que, no papel, as coisas cabem. A Chapa Lula-Alckmin e o pessoal coligado querem, genuinamente, a inclusão social e fazer o controle ambiental. Contudo, é necessário lembrar que isso daqui é um sistema de poder de direita. No Congresso, existe uma bancada ruralista que se impõe na pauta. Ninguém gosta de ser controlado pelo governo por causa da questão ambiental. Quando chega na hora das terras dessas pessoas, a coisa muda. Isso para reforçar que, no papel, as coisas estão muito claras e bem colocadas. A fiscalização é que é difícil e um exemplo disso é que acabaram de torpedear muitas balsas, quase seiscentas, no Rio Madeira. E há ainda muitas outras. Isso serve de aviso para aqueles que querem se arriscar. É um sinal de que vai haver apreensão de balsa e avião. O verdadeiro enfrentamento da questão ambiental é muito difícil, mas existem instrumentos para isso. Por exemplo, o BNDES não concede financiamento ao agricultor que desmata. E isso é muito bom. O Banco do Brasil igualmente não deveria financiar, porém, ele é um braço fundamental da comunidade de cinco mil e setecentos municípios do interior do Brasil e que têm uma forte presença da agricultura que sempre desmatou. É difícil colocar todas as cento e vinte diretrizes com elogiosas intenções em prática. No papel, as coisas cabem e estão bem formuladas, todavia, transformar isso em realidade diante de um capitalismo meio selvagem como o brasileiro não é fácil.

Com aquela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, Lula conseguiu um feito extraordinário. Primeiro, ele conseguiu dinheiro e, em segundo lugar, a mudança da criminalização do déficit. No último seminário, Wilson, alguém me arguiu sobre isso e, de fato, o que acontece é que, se o gasto vai além dos 70% do que é arrecadado de adicional, existe uma multa no ano seguinte. Pelo que eu entendo, não vira crime de responsabilidade fiscal se isso for ultrapassado. Aquilo ali foi uma coisa extraordinária que conseguiram. O Teto de Gastos chegou ao fim com a PEC da Transição. Foi uma jogada de mestre, em que o Lula soube aproveitar do espaço em que o Centrão estava ameaçado pela extrema-direita. Como é mais fácil ir com o Lula do que com a extrema-direita, optaram pelo Lula. Ele Arthur Lira fez exigências escalafobéticas, mas o presidente segurou e organizou. Foi uma transição linda. Estamos aguardando agora como vai ficar a tributação sobre patrimônio e renda. Nós estamos mais atentos a isso do que a essa unificação tributária toda. Me parece que essa unificação tributária não é progressiva em termos de renda. Penso que as coisas estão caminhando bastante bem. Vi o PIB bater 3% esse ano, o que não é ruim, e está sendo gerado muito emprego formal. A inflação vai acabar abaixo de 4%, puxada pela valorização do câmbio. É sempre o câmbio que, no Brasil e na América Latina, determina a inflação. E ela valorizou, saiu de 5,40 para menos de 5. Isso está segurando a inflação para baixo. Vamos ver como isso se mantém.

Indo ao segundo ponto, existe também uma promessa que é a questão produtiva, de reindustrialização. Sementes, fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas, são setores em que existem muita escala e nós somos bons nisso. Temos que produzir progresso técnico e equipamentos para movimentação de carga, igualmente investir em equipamentos para os vários tipos de energia, como a eólica, solar e de hidrogênio verde e ver o que vai ser produzido aí. Outra grande oportunidade é a área de equipamentos para a saúde, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) é um grande comprador. Em suma, o Brasil tem campos para investimento com participação do Estado. O mundo está assim. Os Estados Unidos e a Europa fazem a reindustrialização para disputar com a China e nós também podemos fazer. Está dado o sinal verde. Deixou de ser palavra “reindustrializar”, mesmo porque, apesar de um conjunto de pessoas ter votado na chapa achando que o Alckmin é o rei da liberalização, ele está falando em neoindustrialização. Temos que aproveitar esse momento para fazer essas coisas se tornarem realidade. E nós temos um banco extraordinário para isso, que é o BNDES. O grande observatório do capitalismo brasileiro na produção é ele. Os Ministérios sabem das coisas específicas e localizadas em cada setor, mas quem observa todo o setor produtivo é o BNDES e ele tem capacidade para enxergar a oportunidade.

Na questão ambiental existe uma expressão chamada *big push*. Ele é feito para oportunidades de investimento na onda green, o *Green New Deal*. Mas, ao lado do *big push*, existe uma outra coisa que eu chamo de *big break*, ou seja, o entendimento de que, talvez, frear a destruição seja mais eficaz para a contenção da mudança climática do que investimentos. Porém, isso é mais difícil de se fazer. No social, nós temos que aguardar para ver o que vai acontecer. Nas universidades federais, não estamos muito satisfeitos com o nosso aumento salarial. Aliás, vocês são de uma universidade estadual. O tema ainda não começou a ser discutido ainda.

**Wilson Vieira:** Na verdade, eu, Gustavo e Rafael, somos de universidades federais.

**Ricardo Bielschowsky:** Nas federais, estamos com essa expectativa de entender como isso vai acontecer. Vai ser necessário abrir espaço para isso. O salário-mínimo vai ter um aumento razoável ano que vem. Vamos ver como vai ficar a tributação, se vai abrir mais um espaço para o consumo de massa por essa via. Vamos acompanhar se será possível emprestar nessas taxas de juros, o que é muito importante para a população.

Não dá para desanimar. Esse ano está sendo bom. Está sendo até um pouco melhor do que a encomenda. Eu estou até otimista, porque acredito que as coisas estão caminhando razoavelmente bem. O Lula é um grande operador político e juntou um pessoal de qualidade. Está todo mundo com muita vontade de acertar. Até vários daqueles que, recentemente, eram nossos adversários, estão querendo nosso acerto. O Bolsonaro foi uma ameaça muito grande para todo mundo. E falo isso durante esta entrevista acadêmica, misturando política no meio, para trazer um fecho à história.

**Rafael Gumiero:** Professor, para finalizar a nossa entrevista eu gostaria de trazer apenas mais uma questão, para a qual você já deu algumas pistas. Em relação a esse período atual do governo Lula, o que o senhor poderia acrescentar dentro do conceito do novo-desenvolvimentismo social? O que ele poderia deixar de legado para o final da gestão e poderia agregar ao conceito do desenvolvimentismo social, a partir do qual o senhor já tem trabalhado há muitos anos e é uma das nossas principais referências?

Nós trabalhamos com os seus conceitos, iluminando o olhar para as políticas públicas e pensando como elas podem ser localizadas e aplicadas para reverberar nesse efeito. Isso não só em uma única tangente, ou seja, de crescimento econômico, mas de distribuição com inclusão. Também na questão do meio ambiente, como o senhor já trouxe com todos esses aditivos, o *big push* ambiental, que é um termo bem trabalhado pela Cepal atualmente. Qual sua avaliação sobre esses novos aditivos para o conceito de novo-desenvolvimentismo social, que poderia ser deixado de legado pela gestão atual do Lula? Com isso, encerro a entrevista.

**Ricardo Bielschowsky:** É uma ótima forma de encerrar mesmo, obrigado.

É social-desenvolvimentismo simplesmente porque o novo-desenvolvimentismo está associado e é liderado pelo Bresser-Pereira, que é um querido amigo, intelectual e um grande brasileiro. O Bresser concentra a ideia dele em uma taxa de câmbio competitiva para a indústria, que faça o crescimento por meio da exportação. A ideia é de *export-led*. O social-desenvolvimentismo, por sua vez, ao mesmo tempo em que não despreza a exportação, essencialmente é um desenvolvimentismo onde a inclusão social empurra o crescimento. O Bresser também é a favor da inclusão social. Porém, são formas diferentes de enxergar a política e a estratégia de desenvolvimento. É por isso que eu chamo de social-desenvolvimentismo.

Chegamos àquela matriz que comentei. Esse foi o ponto até onde conseguimos chegar. E ela pode ter mais colunas e, por exemplo, ter uma coluna regional. A matriz não precisa ter, necessariamente, uma coluna macroeconômica, que pode aparecer como princípio geral. É possível sofisticá-la. No mundo, em termos de projeto econômico, existem o neoliberal, o social-democrata e o socialista, que agora não é mais tão socialista assim. O social-desenvolvimentismo nada mais é do que uma versão atualizada daquela já distante social-democracia do pós-guerra. E como é que os países europeus cresceram naquele contexto? Com o aumento do mercado interno de

consumo de massa que, depois, foi se alargando, inclusive, para fazer uma Europa unida. Com muito gasto social e emprego na área social, pois educação e saúde geram muitos empregos. Eles cresceram ainda com intervenção do Estado no progresso técnico e na infraestrutura. Desse modo, se formos olhar a origem, na verdade, o social-desenvolvimentismo é a social-democracia europeia aplicada ao Brasil, incluindo a questão ambiental. Naquela época, esse tema não se apresentava e agora ele aparece de forma envergonhada, porque os países europeus contribuíram mais do que nós para aquecer a terra, foram os maiores emissores de CO<sub>2</sub>.

Não dá para sair muito disso e as questões se contrapõem na medida em que são efetivamente executadas. E a Europa teve que fazer tudo isso em uma disputa com o Bloco Soviético. O capitalismo tinha que dar certo ali e ele foi muito inclusivo, produzindo bastante bonança, sobretudo, nos países do norte, mas em vários mais ao sul também. No fundo é isso. Na medida em que não existe um projeto socialista, que está fora da agenda e das possibilidades atuais, há ao menos um projeto social-democrata de esquerda, progressista ou de centro-esquerda que funcione. É difícil, mas se fizermos metade do que está concebido naquele plano, como comentei, já é um grande avanço. O embrião, Rafael, do social-desenvolvimentismo aplicado na prática, foram os governos Lula e Dilma. Em mais de quinhentos anos, nada parecido tinha acontecido antes. Aquilo foi um embrião de um projeto social-democrata progressista ou social-desenvolvimentista que foi interrompido. Devemos retomar isso e não é necessário reinventar muito essa roda. Temos que agir nas coisas que sabemos que são deficiências dramáticas em toda a sociedade brasileira.

Existe ainda uma agenda importante, que é a de costumes e identitária, que também deve ser incorporada de forma ampliada. Nos governos Lula e Dilma estavam incorporados, com várias comissões e conferências nacionais sobre esses temas. Tenho quase certeza de que o Ministério da Mulher foi criado no governo Lula. O Ministério da Igualdade Racial, que antes era uma secretaria especial, igualmente foi criado. Eu acredito nisso.

Na leitura do Plano Plurianual de agora é possível identificar a agenda que o pessoal progressista, que não acreditava na revolução socialista no Brasil há muito tempo, tinha na cabeça. Por isso, é fácil construir a concordância deles, porém, ela é difícil de se realizar. O Congresso não é nosso e a correlação de forças não é muito favorável a nós. Nós temos que fazer as coisas avançarem apesar de tudo. É isso.

**Wilson Vieira:** Ricardo, muito obrigado por essa entrevista e sua disponibilidade. Além do esclarecimento de vários pontos da sua trajetória, você também deu pistas para a montagem de uma agenda de pesquisa. Isso foi muito interessante também.

Eu quero aproveitar para igualmente agradecer aos entrevistadores, o Rafael Gumiero e o Gustavo Pinto, e a participação do Antônio Sérgio, que colocaram questões muito interessantes nessa nossa conversa. Quero agradecer também a organização técnica da nossa reunião, com nosso amigo Lucas e saudar Celly e Andrei.

---

---

**FIM DA ENTREVISTA**



# DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DIREITOS

## DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE



(...) se quiserem aprender sobre o capitalismo, vocês devem conversar com empresários e trabalhadores. É preciso pisar em um chão de fábrica para entender a lógica capitalista presente ali, não basta ler os livros. E eu tive essa oportunidade no começo dos anos 1990, durante o Plano Collor e a abertura política.

Posteriormente, em meados dos anos 1990, eu comecei a estudar investimento e reformas. Fiz o mesmo trabalho sobre investimento e reformas na América Latina e pelo Brasil. A conclusão mais geral a que cheguei e que acredito ser válida até hoje é a seguinte: as reformas foram responsáveis para que a propensão a investir no Brasil caísse. Ao contrário da função que o pensamento liberal atribui a elas e à abertura, que é aumentar a competitividade, o investimento e o progresso técnico, as reformas provocaram uma queda na propensão a investir.

A Cepal não tem nada a ver com a abertura e ela não pediu a nenhum país para abrir. A Cepal é um board. Um conselho das economias da América Latina, que estavam se abrindo, à revelia dela própria, para receber capital de fora. Os países estavam seguindo o Consenso de Washington para finalmente atrair capital, que era muito escasso. Foi dessa forma perversa que nós nos inserimos na globalização financeira e produtiva. (...) Atualmente, a proposta da Cepal continua a ser heterodoxa no plano macroeconômico, desenvolvimentista na alocação de recursos, de inclusão universal na área social e de sustentação ambiental na área do clima e do meio ambiente.

(...) pensamento econômico sempre foi um atalho para olhar a história. Ele não é forjador de história, apesar de até ajudar a formar ideologias que interagem com a história. Mas é, principalmente, um pensamento que se nutre da história econômica, política, social, ou seja, é um reflexo da história.

